

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE GEOGRAFIA

JUCIMARA MACHADO DE OLIVEIRA ROVARIS

**A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (CSN) COMO AGENTE INDUTOR DA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DA PRÓSPERA NA CIDADE
DE CRICIÚMA/SC**

CRICIÚMA
2013

JUCIMARA MACHADO DE OLIVEIRA ROVARIS

**A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (CSN) COMO AGENTE INDUTOR DA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DA PRÓSPERA NA CIDADE
DE CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de Bacharel no curso de Geografia
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Maurício Pamplona

CRICIÚMA

2013

JUCIMARA MACHADO DE OLIVEIRA ROVARIS

**A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL (CSN) COMO AGENTE INDUTOR DA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DA PRÓSPERA NA CIDADE
DE CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharel, no Curso de Geografia da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 26 de junho de 2013. (data da defesa)

BANCA EXAMINADORA



Prof. MSc. Maurício Pamplona - UNESC - Orientador



Profª. MSc. Larissa Carvalho – UNESC



Geógrafa Drª Rose Maria Adami

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me concedido à vida e mostrar-me durante todo meu trajeto escolar qual caminho a seguir, a graduação em Geografia.

Gostaria de agradecer outras pessoas que foram fundamentais para que tudo ocorresse como planejado.

Ao meu esposo que me deu toda oportunidade de voltar a estudar sendo o primeiro a apoiar em qualquer decisão tomada.

Ao meu filho pela compreensão e paciência nas horas precisas.

A professora de estágio Andréa Rabelo Marcelino pela paciência, dedicação e expiração durante toda a realização do estágio da licenciatura.

Aos meus sogros pela paciência de cuidar do meu filho todas as noites enquanto estava na universidade.

Aos diretores e professores das escolas na qual, fiz estágio na habilitação em licenciatura em geografia.

A Unesc e aos membros da coordenação do curso de Geografia por me proporcionar o estágio do Bacharelado na Universidade.

Aos meus pais que nunca deixaram de acreditar em mim.

A todos os professores do curso de Geografia, principalmente ao Professor MSc. Maurício Pamplona que além, de orientador foi durante o curso um grande exemplo como mestre e amigo.

Em fim, agradeço a todos que sempre me apoiaram.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”

(Chico Chavier)

RESUMO

O espaço urbano é modificado conforme os interesses de seus agentes sociais. Na cidade capitalista o proprietário do meio de produção, na busca incessante pelo acúmulo de capital reproduz e induz a produção do espaço urbano. Essa reprodução tem impacto direto ao solo urbano da cidade que torna-se mercadoria de valor e deixa marcas de desigualdades na morfologia urbana da cidade. No presente trabalho procura-se discutir a influência da indústria carbonífera na região da Próspera na cidade de Criciúma/SC que ao se transformar suas áreas de concessão em conjunto com outros agentes sociais produziram, reproduziram e segregaram o espaço urbano na região da Próspera, ao leste a área central da cidade.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano. Agentes Sociais. Espaço Urbano. Geografia Urbana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Localização da área de estudo no município de Criciúma - SC..... | 32 |
| Figura 2 - Área de estudo região da Próspera, Criciúma - SC. | 33 |
| Figura 3 - Região da Próspera 1956, Criciúma SC | 34 |
| Figura 4 - Limites dos bairros Brasília, Próspera e Pio Corrêa..... | 35 |
| Figura 5- Crescimento urbano das áreas do setor leste do município de Criciúma ano de 2005. | 36 |
| Figura 6 - Imagem comparativa à imagem anterior..... | 37 |
| Figura 7- Primeira Vila Operária Próspera no início dos anos 1940..... | 43 |
| Figura 8 - Boca de mina localizada na Vila Operária Próspera..... | 44 |
| Figura 9 - Casas construídas pela CSN, na década de 60. Nota-se melhor estrutura as casas são maiores oferecendo mais conforto para os familiares dos mineiros. . | 46 |
| Figura 10 - Igreja Nossa Senhora da Salete. | 47 |
| Figura 11 - Casa da família do Engº Jaci Fretta, Construída pela Carbonífera Próspera/CSN, no Bairro Pio Corrêa. Atualmente escritório administrativo da CSN. | 48 |
| Figura 12 - Planta da Vila operária Próspera e Vila dos Engenheiros..... | 49 |
| Figura 13 - Planta da Vila dos Engenheiros. | 50 |
| Figura 14 - Projeto Vila Operária..... | 51 |
| Figura 15 - Terrenos à venda próximo ao Bairro Pio Corrêa..... | 54 |
| Figura 16 - Zona ITBI na região da Próspera - Criciúma-SC..... | 56 |
| Figura 17 - Logradouros largos e arborizados..... | 61 |
| Figura 18 - Rua Guerra Junqueira, bairro Pio Corrêa. | 61 |
| Figura 19 - Vegetação arbórea..... | 62 |
| Figura 20 - Casa com arquitetura contemporânea. | 63 |
| Figura 21 - Residências na Rua Leo Lombardi esquina com Guerra Junqueira, bairro Pio Corrêa. | 64 |
| Figura 22 - Residências próximas a pracinha do bairro Pio Corrêa. | 65 |
| Figura 23 - Rua Presidente Kennedy , Pracinha do Sesc. | 66 |
| Figura 24 - Rua Augusto dos Anjos. Bairro Pio Corrêa. | 67 |
| Figura 25 - Área do Bairro Pio Corrêa permitida para constuições de edifícios | 68 |
| Figura 26 - Rua São Paulo, bairro Póspera..... | 69 |

| | |
|---|----|
| Figura 27 - Casas mistas construídas pela CSN na década de 60, localizada na Rua Paraná, bairro Próspera. | 70 |
| Figura 28 Melhor logradouro e residências localizados no bairro Próspera, rua Inconfidência. | 71 |
| Figura 29- Parada de ônibus intermunicipal e municipal na Praça da Chaminé, no bairro Próspera localizado na Rua General Pinto da Veiga. | 72 |
| Figura 30 -Verticalização no bairro Próspera. | 73 |
| Figura 31 - Rua Arthur Linemburger, bairro Brasília..... | 74 |
| Figura 32 - Supermercado Manenti localizado na Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, no bairro Brasília | 75 |
| Figura 33 - Residencial Ulha Cap..... | 76 |
| Figura 34 – Bairro Brasília antes dos desmembramento | 77 |
| Figura 35 - Limite atuais dos bairros Brasília e Argentina. | 77 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Evolução demográfica no município de Criciúma no período de 1940 à 1991. | 41 |
| Tabela 2 - Média de valores dos terrenos localizados nos centros dos bairros Pio Corrêa/ Próspera, Brasília e proximidades segundo as imobiliárias de Criciúma, SC, 2013. | 57 |
| Tabela 3 | 59 |
| Tabela 4 - Simulação de valores dos terrenos conforme a Planta Genérica de valores da Prefeitura municipal de Criciúma e os valores atribuídos pelas imobiliárias locais | 60 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPCAN - Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional

CSN- Companhia Siderúrgica Nacional

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IPAT – Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas

LTDA- Limitada

Nº - Número

Nª S – Nossa Senhora

S.A – Sociedade Anônima

SESC – Serviço Social do Comércio

S.C – Santa Catarina

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 OBJETIVOS..... | 14 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 14 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 14 |
| 3 A CIDADE E O URBANO | 15 |
| 3.1 A INDÚSTRIALIZAÇÃO E A URBANIZAÇÃO | 16 |
| 3.2 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO | 21 |
| 3.3 MORFOLOGIA URBANA E SEGREGAÇÃO ESPACIAL | 25 |
| 4 MATERIAIS E MÉTODOS | 28 |
| 5 A ÁREA DE ESTUDO..... | 30 |
| 5.1 LOCALIZAÇÃO E DADOS | 30 |
| 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 34 |
| 6.1 A ECONOMIA CARBONÍFERA DE CRICIÚMA | 37 |
| 6.2 A PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA NA REGIÃO DA PRÓSPERA E A COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL (CSN) COMO AGENTE SOCIAL..... | 42 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| REFERÊNCIAS..... | 81 |
| ANEXOS | 86 |
| ANEXO A – LEI ORDINÁRIA DE CRICIÚMA – SC Nº 790/1970..... | 87 |

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial no século XVIII teve como resultado inicial, na Europa, o processo de urbanização acelerada com a transferência de milhares de pessoas do campo para a cidade. No Brasil, tal processo acontece no século XX, trazendo consigo a rápida intensificação da produção e transformação do espaço urbano. Tal transformação acontece através das relações sociais, econômicas e políticas que modificam o urbano constantemente pela ação de determinados agentes e pelo Estado. Os agentes produtores denotam a primazia pela produção da cidade como mercadoria influenciando uma futura valorização do solo urbano. Este espaço se torna inacessível a uma parcela da população urbana que não dispõe de condições financeiras para adquirir um lote urbano, o que impulsiona a desigualdade social e a segregação espacial, a partir do desenvolvimento e valorização do espaço urbano.

Neste contexto, o presente trabalho discute a produção do espaço urbano e a segregação sócio-espacial na região da Próspera, situada na cidade de Criciúma/SC, a leste da área central. A formação da região iniciou-se no final do século XIX a partir das vilas operárias surgidas da extração do carvão mineral constituindo-se a base do espaço urbano local.

A partir do domínio econômico e da produção do espaço a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, oferta trabalho e moradia o que atrai pessoas das áreas rurais e de cidades próximas transformando e intensificando o processo de urbanização na área expandindo as vilas operárias por toda a região de sua concessão. A CSN buscou melhorar a infraestrutura através de um projeto urbano que visava a organização do arruamento e a construção de moradias para os empregados da companhia. Dessa forma, no que se constitui atualmente o núcleo central da Próspera estabeleceu-se a Vila Operária Próspera para os trabalhadores braçais, os mineiros, e dos engenheiros numa outra vila localizada em área mais direcionada ao centro da cidade, a Vila dos Engenheiros, que originou o atual bairro Pio Corrêa. Dessa forma, a CSN faz uma separação espacial urbana de seus empregados.

A expansão urbana provocada pelo desenvolvimento da economia local resultantes da atuação da CSN e juntamente com os investimentos municipais, estaduais e federais na infraestrutura local a produção do espaço urbano induziu a presença de outros agentes produtores no período 1953 a 1990. Posteriormente até

o seu desmonte, quando todos os terrenos pertencentes as carboníferas foram a leilão, principalmente aqueles não urbanizados que serviam como depósito de rejeitos de carvão, que passaram a ser loteados ou ocupados por grandes empreendimentos tais como shopping centers.

Dentro deste contexto, o presente trabalho busca delinear a ação da Companhia Siderúrgica Nacional e sua subsidiária, Carbonífera Próspera S/A, como primeiros agentes urbanos responsáveis pela produção e segregação do espaço da Próspera, na cidade de Criciúma/SC, com os reconhecimentos dos reflexos dessa produção nos dias atuais.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar a influência da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN como principal agente indutor da produção do espaço urbano do Bairro Próspera, na cidade de Criciúma/SC no período de atuação entre 1953 a 1990 e seus reflexos nos dias atuais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir os reflexos do processo do desenvolvimento econômico sul catarinense a partir da economia carbonífera no Bairro Próspera;
- Identificar as fases de crescimento/urbanização no processo da evolução urbana na região da Próspera;
- Reconhecer as transformações morfológicas e sociais ocorridas na região da Próspera em contraposição ao bairro Pio Corrêa.

3 A CIDADE E O URBANO

O surgimento da cidade como fato urbano sempre esteve ligado aos aspectos sociais gerais econômicos, tecnológicos, políticos e culturais (BEAUJEU-GRANIER, 1997). Na análise da formação dos primeiros núcleos urbanos, vinculadas-e a transformação do nomadismo em sedentarismo e pela dedicação à agricultura de populações em locais diversos locais (SPOSITO, 2002). Dessa forma, o desenvolvimento do fato urbano em seu longo tempo desenvolvimento e transformações do espaço à que se vincula transforma-se na cidade com características e paisagem própria.

A partir do momento que o homem constrói seu espaço e faz sua história, caberá à cidade ser a organizadora e protetora desse meio (BARROS, 2003). Souza (2003) chama atenção para a história das cidades, o quanto a cidade vem se transformando e se modificando com o passar do tempo, a dinâmica existente na sociedade reproduz todo um espaço antes produzido.

As cidades são formadas por relações sociais a fim de produzir o seu próprio espaço. A partir do momento que o homem passa a ter interesses capitalistas o espaço ao seu redor é reproduzido para melhor atender.

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento (CARLOS, 1994, p. 34).

Para Beaujeu-Garnier (1997) e Corrêa (1995) essa dinâmica da sociedade na atualidade dentro da cidade é fruto da influência dos agentes produtores do espaço dando ênfase aos meios proprietários de produção. Sabe-se que desde a antiguidade as cidades eram formadas por povos comerciantes ou agricultores que comercializavam seus produtos e em torno desse comércio formavam os primeiros fatos urbanos o que dava origem as pequenas cidades.

A cidade, portanto, é uma construção humana antiga, cuja concepção pode ser expressa pela aglomeração de pessoas mais equipamentos, edificações e seu dinamismo em um determinado local. A estruturação, a forma e funcionalidade das cidades como se observa na atualidade foram construídas sob a égide capitalista do mundo ocidental (LIMA, sd).

“O maior índice de surgimento das cidades foi quando houve o período da Revolução Industrial. A cidade passou agir como um ímã [...] polo de atração,

absorvendo homens e mercados” (BARROS, 2003, p. 19). A indústria passou diretamente influenciar-se na organização social e espacial da sociedade e “as antigas pequenas cidades [...] tornaram-se os grandes centros urbanos” (BEAUJEU-GRANIER, 1997, p. 09) devido “à concentração de riqueza e força de trabalho” (WARMELING, 2012, p. 19).

O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida (CARLOS, 1994, p. 84).

Para Lencione (2008) assim como Carlos (1994) o urbano se torna o produto resultado dos processos industriais influenciados por uma sociedade capitalista em busca de melhores condições de vida.

Existem diversos conceitos para o termo cidade, porém, todos chegam ao ponto em comum, relação homem e meio principalmente na concepção da geografia Carlos (2004). “A cidade não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da relação do homem com o meio” (LENCIONE 2008, p. 115).

Segundo Sposito (2002) a relação que o homem tem com o meio físico sempre esteve ligado ao capital, basta entender a ocupação acelerada na parte urbana da cidade depois do processo de industrialização no país.

3.1 A Industrialização e a urbanização

O processo urbano contemporâneo sempre esteve ligado à industrialização a partir da Revolução Industrial, inicialmente na Europa durante os séculos XVIII e XIX em que foi visível a transformação do espaço urbano. As cidades se desenvolviam rapidamente, as indústrias ofereciam trabalho e ainda construía vilas operárias para atrair as pessoas (OLIVEIRA, 2002).

Neste período, principalmente a Inglaterra passou a ter um grande fluxo de pessoas vinda das áreas rurais. A população somava mais de 100 mil pessoas nos grandes centros urbanos (SPOSITO, 2002)

A cidade passou a ser o território suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. Contudo, o desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transformá-la no 'centro de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo (MENDONÇA, sd, p. 01).

Pode-se dizer que a “industrialização e urbanização têm aparecido sempre associadas, como se se tratasse de um duplo processo, ou de um processo com duas facetas” (MENDONÇA, sd).

Com o aumento da população nos centros urbanos e sem espaço físico para o suporte industrial, muitas indústrias começaram a se instalar em áreas distantes das cidades produzindo assim, novos espaços urbanos. Algumas indústrias preferiram se instalar próximos a “fontes de energia como o carvão e até mesmo as vias de transportes” (SPOSITO, 2002, p. 51).

Segundo Hobsbawn (1996, p. 293) “a nova região onde a indústria se instalava atraía pequenos aglomerados de pessoas que formavam vilas operárias e que aos poucos tornava-se “grandes cidades”. As cidades cresciam numa velocidade desenfreada por toda a Europa, a superpopulação obrigava a formação de cortiços, sendo que os próprios planejadores das cidades isolavam a classe pobre que era maioria dos centros comerciais, consideravam ameaças e desordem na cidade.

As construções e os aluguéis dos cortiços para alojar os trabalhadores vindos do campo, passa a ser lucro para a burguesia, que além de agente produtor do espaço como proprietário do meio de produção passa também investir na parte imobiliária. Hobsbawn (1996, p. 293) cita ainda que quando a industrialização atravessou o oceano atlântico e fez presente nos Estados Unidos formou “o maior cortiço de todo mundo.” Os investidores construíam enormes arranha céus em Manhattan para seus negócios, investia na infraestrutura, construção de estradas de ferro, enquanto os operários eram levados para bairros mais inferiores, geralmente onde eram cortados por ferrovias.

O capitalismo industrial mostrava-se o responsável pela produção do espaço urbano, urbanização e organização das cidades que iam se espalhando pelo mundo onde a indústria se fazia presente (BEAUJEU-GRANIER, 1997).

Segundo Henriques (sd) a Segunda Guerra mundial, trouxe benefícios para humanidade, toda tecnologia usada para produção de armas entre outros, serviu para o crescimento industrial que logo após a Segunda Guerra é incentivado pelo sistema capitalista. O sistema capitalista incentivava a iniciativa privada ou seja, a expansão do comércio, “espaço comum aberto a todos [...] rivalidades econômicas onde tudo se compra (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 10).

Era visível o aumento de indústrias e de empresas multinacionais pelo mundo e a oferta de empregos anunciadas pelas indústrias estimulava o êxodo rural, o povo do campo em busca de melhores condições de vida parte para a cidade (HOBSBAWN, 1996).

Para Beaujeu-Garnier (1997) a vinda das pessoas do campo para cidade provocou o crescimento acelerado da população e acabou por sua vez destruindo o que antes fora planejado. A autora cita ainda que isso é um dos motivos para o surgimento de periferias e invasão áreas de riscos. Estimasse que no final do século XX a maioria da população mundial vivia em áreas urbanas.

No caso do Brasil, segundo Serra (1991) a industrialização iniciou-se em meados do século XX e intensificando-se logo após com a instalação de grandes indústrias financiadas com capitais estrangeiros, “as transnacionais”, intensificando o processo de urbanização e o surgimento de novas cidades. Esta fase ficou marcada pela migração interna de um Estado para o outro e do campo para cidade. Neste momento o homem passa [...] “a ser atraído pela cidade” que lhe oferece melhores condições de trabalho e vida (CARLOS, 1989, p.29).

Santos (1998) lembra que a industrialização no Brasil deu início ao êxodo rural e ao aumento explosivo na urbanização brasileira, provocando mudanças no espaço urbano.

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas, sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna dessas cidades (SPOSITO, 2002, p. 50).

Para Vieira (2001) a industrialização provocou a evolução e transformação urbana da cidade. No início as indústrias fixavam-se próximo aos centros das cidades. Com o aumento explosivo da população ao redor dessas áreas, fez-se necessário a procura de outros espaços que suprisse o suporte físico da indústria.

Conforme o lugar que era instalada a indústria fixava-se a população que acabava modificando todo espaço antes construído. O espaço era transformado conforme a realidade das pessoas que ali residiam.

A procura por empregos nos centros urbanos onde as indústrias se instalavam fez surgir à demanda por um espaço urbano para a moradia dos operários. Acontece que nem todos tinham condições de comprar um terreno ou alugar. Dias (2008, p. 19) diz que:

(...) Nesta época, iniciava o problema do acesso a terra nos meios urbanos para as camadas sociais menos favorecidas, problema que persiste até os dias atuais nos grandes centros urbanos do Brasil e do mundo. Como consequência de tais acontecimentos históricos, houve grande adensamento populacional nas cidades.

O acelerado processo de urbanização ocasionou o surgimento de loteamentos e periferias (SERRA, 1991). Santos (1998) salienta que a urbanização sempre esteve ligada a acumulação do capital de interesses privados. O que gera divisão de classes sociais já que a maioria da população não recebe um terço desse capital.

Todavia, Nicoladelli (2011, p. 19) garante que “mesmo provocando desigualdades sociais o capitalismo industrial, influenciou na forma de desenvolvimento do ‘espaço urbano e na urbanização’ da cidade.”

No que tange à sociedade capitalista, têm-se a separação de duas classes sociais: a classe capitalista – detentora da propriedade privada dos meios de produção – e a classe trabalhadora – que vende sua força de trabalho aos capitalistas para sobreviver; a intensa desigualdade econômica é fundamental no processo de exploração da minoria rica sobre a maioria pobre. Assim sendo, o Estado, que é composto pela elite, tende a tomar decisões que beneficiam sua classe, isto é, os grupos sociais que já possuem privilégios (SOUZA et al, 2004, p. 128).

A aglomeração de pessoas devido à busca por empregos causou grandes problemas urbanos, o maior problema foi a “separação espacial das classes sociais” nas cidades (SPOSITO, 2002). na década de 1970 Segundo Oliveira (2002) o aumento populacional fez com que o espaço urbano se tornasse escasso e valorizados nas áreas próximas aos centros urbanos ou indústrias. Por outro lado, grande parte da população era beneficiada com moradias, tanto oferecidas pelo governo como aquelas próprias das indústrias, os demais invadiam áreas

desocupadas aumentando as desigualdades sociais e territoriais no Brasil. Todavia, Santos (1998) ressalta que não existe ponto positivo sem causar o negativo. A industrialização acelerou o crescimento da população, mas induziu o investimento em transportes, comunicação reduzindo a distância e possibilitando a desconcentração das atividades econômicas.

Em Santa Catarina o processo de ocupação e a formação de cidades foi muito lento. Na primeira fase do processo de colonização no estado no século XVI imigrantes portugueses (vicentistas) que se instalaram ao litoral norte e (CORRÊA, 2005) e somente no século seguinte houve o um deslocamento para o litoral central e sul (vicentistas e açorianos). Os primeiros colonizadores tiveram dificuldades quanto à ocupação do território catarinense, onde o relevo era uma barreira física e a vegetação densa os mantinha isolados.

Um segundo movimento migratório foi incentivado pelo Estado através de agências européias marcando a vinda de imigrantes para ocupar as terras catarinenses, o que levou a urbanização de outras áreas do Estado, como os vales da vertente do atlântico e o planalto (CORRÊA, 2005).

A participação de companhias colonizadoras, inclusive internacionais, promovendo uma ocupação considerada, à época, racional, aliada à morfologia e à hidrografia da região, produziu um padrão de unidades de assentamento caracterizado por lotes longos, os quais iam da borda do rio à cumeeira das elevações (CORRÊA 2000, p. 49).

O oeste catarinense teve a urbanização mais tardia do Estado, devido disputas territoriais entre Paraná e Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2002). No planalto os imigrantes alemães e italianos provindos do Rio Grande do Sul e Paraná ocupavam vastas glebas de terras para a criação de gado e extração da madeira. O problema era que nem o litoral e nem o Planalto possuía ligação o que os deixava isolados economicamente com o país. Essa dificuldade em integração com as demais partes do estado e país levou a uma dispersão econômica do território catarinense (SOSTIZZO, 2011).

De acordo com Miotto (s.d) esse isolamento provocou um atraso na urbanização que nesse momento encontrava-se centralizada em algumas áreas do estado. A autora comenta ainda que o motivo dessa centralização foi à falta de investimento em estradas, rodovias que ligassem a outras partes do país ou do

estado. O que levou o Estado à uma economia de subsistência, em que os produtores vendiam o excedente para compra do que lhes faltava.

Segundo Goularti Filho (2002) e Peluso Junior (1991) Santa Catarina sentiu mudanças bruscas somente no século XX, quando grande parte do seu território foi ocupado e passou a ter a integração a partir da ligação com os demais estados. Os autores lembram ainda que a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul foi o motivo do investimento na infraestrutura de transporte em Santa Catarina o que levou à uma economia ‘diversificada e integrada’, além de produzir novos espaços urbanos (SOSTIZZO, 2011).

Para Mito (sd) o desenvolvimento econômico e populacional só foi sentido após a Crise de 29 que abalou toda economia Brasileira, principalmente a de São Paulo, devido ao corte de importação do café para o EUA. Nesta época Santa Catarina passou a abastecer o mercado interno devido a diversidade de produtos que oferecia e passou a investir na industrialização e acumulação de capital. Para Peluso Filho (1991) a intervenção do Estado na economia contribuiu o investimento em infraestrutura tanto de transporte quanto de comunicação estabilizando a industrialização (GOULARTI FILHO, 2002).

A construção da BR-101 no final da década de 1960 permitiu “o desenvolvimento dos empreendimentos comerciais e industriais, além das atividades relacionadas à prestação de serviços” (NUNES, 2008, p. 10). O autor completa ainda que o interesse de novas indústrias pela ocupação dos espaços próximos à rodovia, fez com que a “ocupação espacial se desenvolvesse e concentrasse nos principais centros urbanos influenciados pela construção da via, registrando-se altos índices de crescimento populacional” (NUNES, 2008, p. 10).

Na década de 1980 “praticamente todas rodovias federais estavam prontas” (GOULARTI FILHO 2002) e o estado passou crescer economicamente em todas as regiões, devido a integração estadual, nacional e internacional. O desenvolvimento industrial nas diversas regiões catarinenses fez com se expandisse a urbanização como no caso do sul catarinense onde a procura por espaços urbanos favoreceu a entrada de novos agentes sociais, que influenciaram na produção do espaço local (SOSTIZZO, 2011).

3.2 O espaço geográfico e a produção do espaço

A Geografia é a ciência que estuda a dinâmica da Terra e as transformações ocorridas no espaço geográfico que é:

[...]o espaço constituído pela superfície terrestre inteira, compreendidos os oceanos e as regiões inabitadas [...] esse espaço geográfico é concretamente percebido através dos objetos materiais, visíveis e mensuráveis que o compõe: rochas, montanhas, vales, rios, florestas, campos, edificações etc. Engloba também uma larga gama de outros conceitos ou de relações invisíveis de ordem física, biológica ou humana. O espaço é, com efeito, um “sistema” complexo de equilíbrios móveis que, num lugar e num momento dados, são regulados por causa múltiplas, interdependentes e interativas, elas próprias portadoras de consequências para o futuro (JOLY, 1990, p. 74).

Para Gomes (1991, p. 08) “o espaço geográfico é resultado da relação entre o homem e a natureza” onde o homem com seu trabalho produtivo social em intermédio da natureza é o sujeito responsável pela produção do espaço.

Carlos (1992, p. 16) complementa que o espaço geográfico é um produto social “fruto do processo produtivo da sociedade” que de forma consciente utiliza-se da natureza para sua apropriação e socialização. “Uma sociedade só se torna concreta por meio do seu espaço e pela ação do homem” (BORTOLO 2010, p. 03).

A sociedade é responsável pela produção, reprodução, organização e transformação do espaço, qualquer movimento causado por ela provoca alterações. (SARMENTO, 2004). “É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida” (SANTOS, 2002, p. 109).

O espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque o constrói e reproduz, tornando o objeto sobre o qual recai o trabalho em algo que lhe é próprio. Por outro lado, o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade. É assim um produto histórico que sofreu e sofre um processo de acumulação técnica e cultural apresentando a cada momento as características e determinações da sociedade que o produz (CARLOS, 1989, p. 15).

O homem se apropria da natureza para satisfazer suas necessidades muda de lugar e produz seu espaço como desejado, com o tempo o homem moldará todo meio natural, fazendo sua história (CARLOS, 1992). Cada espaço tem sua história conforme sua evolução. “O espaço não é homogêneo, mas é singular e específico a cada realidade vivida” (BORTOLO, 2010, p. 04).

Para Santos (1996) o espaço geográfico é produzido pelo homem que ao passar dos anos vai transformando-o devido à evolução capitalista que estimula novas mudanças espaciais e causa desigualdades sociais.

De acordo com Godoy (2004 apud WARMELING 2012, p. 24) o espaço é definido pelas “relações sociais e capitalistas da sociedade, portanto a produção do espaço é uma reprodução social”, que passa por mudança conforme cada período de sua história. Sposito (2002) completa ainda que o sistema capitalista interfere nos moldes do espaço provocando desigualdades, dividindo a sociedade em classes sociais diferenciadas.

Todavia deve-se levar em conta que “a produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente” (CARLOS, 1994, p. 26).

De acordo com Sposito (2002) os meios de produção capitalista refletiram negativamente na produção do espaço no âmbito e escala urbanos. O crescimento desordenado da população nos centros urbanos em busca de emprego, fez com que surgisse a procura por um espaço para moradia. Essa procura ocasionou a valorização do espaço urbano e o interesse de “agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço, modificando-o constantemente”(CORRÊA, 2000, p. 11).

São agentes sociais:

- a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b) os Proprietários Fundiários;
- c) os Promotores Imobiliários; e
- d) os Estado, e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1995, p.12).

Todos os agentes sociais citados acima acabam atuando juntos, pois, é um conjunto de diferentes usos da terra sobreposto entre si que acabam sendo os organizadores espaciais da cidade o que formam um espaço “fragmentado e articulado” (CORRÊA, 1995, p. 11).

Reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais. Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas junto a portos, a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população [...] (CORRÊA, 1995, p. 09 - 10).

Ainda segundo Correa (2000) os proprietários dos meios de produção são na maioria os que mais precisam de grandes áreas de terras que geralmente já as possuem ou em outro caso procuram comprar áreas de baixo custo. É onde que

entra os proprietários fundiários que exorbitam altos preços, pois, acreditam que a procura de suas terras geram alguma especulação.

Na realidade, de acordo com Silveira (2003) o proprietário fundiário procura obter informações sobre a localização da área do seu terreno, analisando se a mesma beneficia a empresa, para usar como artifício na hora de negociar seu valor com o proprietário do meio de produção.

Corrêa (1995) acrescenta que o proprietário do meio de produção procura terrenos com baixos preços que ofereça acessibilidade e suporte físico, porém, na falta desses atributos, o mesmo apresenta seu projeto ao Estado que vê lucros na economia local passa a investir na infraestrutura. Ainda segundo Corrêa (2000) a ação desses agentes produzem seu próprio espaço e interferem decisivamente na localização de outros usos da terra.

A participação do Estado na infraestrutura conforme Carlos (1994) faz com que os agentes imobiliários transformam o imóvel (terreno) em mercadoria de valor. Devido a boa localização e transformação favorável que ocorre naquele espaço “os terrenos transformam em mercadoria, que através da especulação imobiliária amplia a ação do capitalismo em escala global, em escala mundial” (VIEIRA, 2001, p. 17). Carlos (1994) e Godoy (2004) completam que o Estado ao participar na construção do espaço urbano estimula o crescimento capitalista, no qual acaba favorecendo na divisão de classes sociais diferenciadas os grupos sociais excluídos.

Para Santos (1988) e Corrêa (1995) o espaço urbano é resultado de lutas sociais em busca pela igualdade o que acaba impossível numa sociedade capitalista.

O espaço urbano é formado devido a estímulos de agentes produtores do espaço geralmente inicia-se com os proprietários do meio de produção. Carlos (1989) ressalta ainda que a primeira formação de uma cidade organizadora de um espaço urbano foi a 5000 anos aC, já com interesses econômicos e financeiros, o comércio induzia a formação do espaço urbano e a cidade então tinha o papel organiza-lo.

Deste modo, fica claro que o espaço urbano é “produzido e reproduzido em função do processo produtivo geral da sociedade” (CARLOS, 1989, p. 15). O sistema capitalista fez com que a cidade produzisse seus espaços urbanos de formas produtivas, acumulativas de capitais para investi-la futuramente. O

investimento atrai novos agentes produtores que acabam contribuindo para economia local e futuras modificações no espaço urbano.

3.3 Morfologia urbana e segregação espacial

As relações sociais e econômicas são determinantes quando se trata da morfologia da cidade. Os proprietários do meio de produção ao induzir a presença de novos agentes sociais acabam reproduzindo um espaço antes produzido o que faz perder toda uma identidade construída (ROCHA, sd).

O processo de reprodução do espaço [...] apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos; isso porque a busca do incessantemente novo, como imagem do progresso e do moderno, transforma a cidade num instantâneo, que novas formas urbanas se constroem, sobre outras, com profundas transformações na morfologia, revelando uma paisagem em constante transformação. Nesse contexto, as práticas urbanas são invalidas/paralisadas ou mesmo cooptadas por relações conflituosas que geram, contraditoriamente, estranhamento e identidade, como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço (realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano) e com ele, da identidade, enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da cidade, se esfumam no processo de construção de novas formas urbanas (CARLOS 2004, p. 09).

A paisagem urbana é fruto dos agentes sociais que no decorrer da história deixam marcas de como esse espaço foi produzido e agora reproduzido. Mesmo com a influência de agentes modernos alguns traços passados podem ser vistos na morfologia da cidade (CARLOS, 1994).

A paisagem urbana no Brasil passou por grandes modificações apartir da década de 30 que são visíveis atualmente na morfologia da cidade. Neste mesmo contexto é indiscutível falar sobre desenvolvimento industrial nas cidades brasileiras que sem suporte nenhum recebeu um adensamento enorme da população que em pouco tempo modificou a morfologia do lugar e deixa marcas com as desigualdades sócio espaciais (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Rocha (sd) a presença do Estado e de outros agentes sociais contribuíram para as desigualdades sociais. A valorização dos solo urbano fez com que novos espaços urbanos fossem produzidos, tais como as favelas e guetos urbanos. Porém, o autor comenta ainda que as famílias de baixa renda sem

condições de ocupar qualquer área que possua algum valor reproduzem novos espaço invadindo áreas de ricos para moradia.

O capital se reproduz no espaço artificial e a partir daí gera industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão sócio-espacial. A cidade é excludente, com cenários totalmente diferentes a classes antagônicas. Sobrevive na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece, e assim, desfrutá-las (SANTOS 2008, p. 182).

O Estado que é responsável por reproduzir o espaço, a partir do momento que investe em infraestrutura e na valorização do solo, provoca a segregação socioespacial. A terra imposta como mercadoria dificultará o acesso para todos e desencadeará em sociedades desiguais. De acordo com Santos (2011) numa sociedade capitalista onde há divisão de trabalho as famílias possuem diferentes rendas, os valores impostos ao solo urbano acabam se tornando inacessíveis.

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada da do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da pratica sócio-espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que esta na base do desenvolvimento da sociedade capitalista (CARLOS 2004, p. 141).

Assim, seria esse “[...] ‘um espaço feito território’ através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação mais característica da sociedade moderna, capitalista)” (TAGLIANI, 2008, p. 04 apud HAESBAERT, 2004, p. 20).

Rocha (sd) diz que o território é um espaço físico, produzido por agentes sociais que determina sua identidade. Porém, segundo Tagliani (2008) os agentes sociais reproduzem o espaço urbano conforme o seu interesse e não mais como identidade. Deste jeito conseguem controlar e manter a forma como esse espaço foi produzido. O Estado passa a ser o maior vilão, quando impõe os valores para o solo urbano e agrega valores ao espaço produzido.

A exclusão das pessoas de baixa renda nessas áreas valorizadas reflete a riqueza e a pobreza. “A simples fragmentação social do espaço dá lugar à exclusão e à segregação sócioespacial” (TAGLIANI, 2008, p. 07).

“O marcante traço da cidade capitalista pós-industrial permanece na segregação socioespacial dos bairros residenciais das variadas classes ou grupos, o que faz por criar sítios sociais singulares e simbólicos” (COSTA, 2011. p. 06).

Neste sentido os meios proprietários de produção juntamente com outros agentes sociais produtores e reprodutores do espaço são os maiores responsáveis pela segregação do espaço. Os interesses capitalistas pelo acúmulo de riquezas leva o crescimento desordenado dos espaços urbanos e isso é observado na morfologia urbana da cidade que com o decorrer dos anos vão se modificando conforme a necessidade de cada agente produtor daquele espaço.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho foram realizados levantamentos bibliográficos, análises de dados secundários obtidos de entrevistas realizadas na produção do artigo solicitado pelo professor da disciplina de Geografia Urbana ministrada por Maurício Pamplona, análises cartográficas e saídas de campo.

Os autores que fundamentaram a discussão do trabalho foram Alves (2007), Balthazar (2001), Barros (2003), Beaujeu-Garnier (1997), Bortolo (2012), Caldeira (2003), Campos Filho (2001), Carlos (1989, 1992, 1994, 2004), Carola (1997), Castriota (2003), Cavalcanti (2008), Corrêa (1995, 2000), Corrêa (2009), Costa (2011), Dias (1995), Dias (2008), Flor (2008), Godoy (2012), Gomes (1991), Goularti Filho, 2002 e 2004), Henriques (sd), Hobsbawn (1996), IBGE (2013), IPAT (2007), Isoppo (2013), Joly (1990), Lencione (2008), Lima (sd), Mendonça (sd), Milioli (2009), Mito (sd), Montibeller (2012), Nicoladelli (2011), Nunes (2008), Peluso Junior (2002), Rosa (2011), Santos (2008), Santos (1988, 1998, 2000), Sarmento (2004), Serra (1991), Silva (2009), Silveira (2003), Sostizzo (2002), Souza (2003 e 2004), Tagliani (2010), Vieira (2001), Warmeling (2012).

O levantamento bibliográfico, os materiais retirados da internet e as monografias serviram para construção teórica do primeiro objetivo específico desse trabalho, o qual tem como interesse a economia Sul Catarinense.

Para a análise da evolução urbana e urbanização da região da Próspera foram realizados levantamentos bibliográficos referentes a esta questão; análise de materiais cartográficos como mapas, fotos aéreas de 1956 e 1978 nas escalas 1:25.000 e 1967 na escala 1:60.000, dos vãos aerofotogramétricos do Estado de Santa Catarina obtidas na Diretoria de Cartografia da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina; plantas cadastrais restituídas de um aerofotogramétrico de 1957 obtidas no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM); imagens do Google Earth de 2012 e plantas cedidas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

As fotos aéreas, as plantas, o material bibliográfico e os dados secundários obtidos nas entrevistas e saídas de campo permitiram analisar o papel da CSN como principal agente produtor e indutor do espaço urbano da região da Próspera.

Os dados estatísticos dos bairros foram informados pelo setor do cadastro e de infraestrutura da Prefeitura Municipal de Criciúma, assim, como seus limites, que foram aplicados na imagem do Google Earth, 2005 e 2012.

Também foram analisados os materiais disponíveis no novo Plano Diretor para levantamentos de infraestruturas dos bairros Brasília, Próspera e Pio Corrêa.

5 A ÁREA DE ESTUDO

5.1 LOCALIZAÇÃO E DADOS

O município de Criciúma está situado na Mesorregião Sul Catarinense e nesta na Microrregião de Criciúma, segundo a metodologia do IBGE (2012), e faz parte Região Metropolitana Carbonífera regida pela lei complementar nº 523 de 17 de dezembro de 2010*.

A área municipal de Criciúma é de 235,63km² abrigando uma população de 195.714 hab. que representa 3,10% da população estadual e 0,10% da brasileira, e tem a densidade demográfica de 830,60 hab/km² (IBGE, 2012).

O município localiza-se entre as latitudes 28°38'02,53" S e 28°51'18, 42"S e as longitudes 49°14'37,27"O e 49°28'43,45"O. Limita-se ao sul com Maracajá e Araranguá, ao leste com Içara, ao norte com Siderópolis, Cocal do Sul e Morro da Fumaça e ao Oeste com Nova Veneza e Forquilha.

A área de estudo formada pelos bairros Próspera, Brasília e Argentina localiza-se na região leste da mancha urbana junto ao limite com o município de Içara com quem forma uma conurbação. Completando-a o bairro Pio Corrêa localizado entre o bairro Centro e o bairro Próspera na parte central da mancha urbana. O três primeiros localizam-se na bacia hidrografia do rio Linha Anta, sub-bacia da bacia do rio Urussanga e o último na bacia do rio Criciúma, sub-bacia da bacia do rio Araranguá. O divisor de águas passa junto a limite dos bairros Próspera e Pio Corrêa. O bairro Pio Corrêa foi o primeiro a ser regularizado pela Lei Municipal nº 790 de 02 de outubro de 1970 enquanto os bairros Próspera e Brasília somente um ano após pela Lei Municipal 851/1971. No ano de 2003 foi aprovada a Lei 4.603/2003 Art. 1º que cria o bairro Argentina e em seguida aprova a Lei 4.485/2003 que modifica os limites do bairro Brasília, diminuindo sua área.

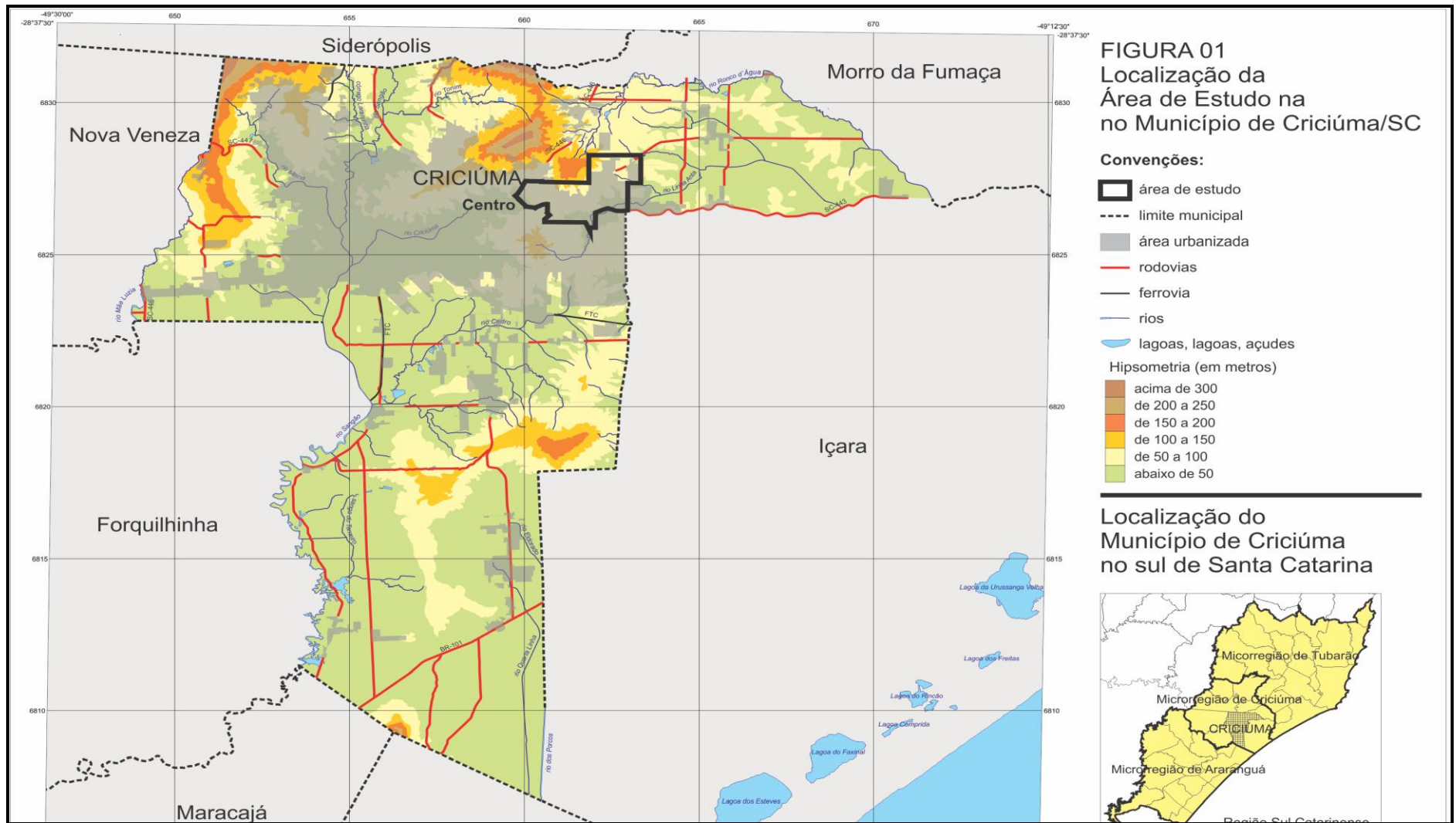
O bairros estudados têm uma área total de 4,65km² correspondendo a 1,97% da área total do município e contam com uma população de 11.245 hab. correspondendo a 5,75% da população total (IBGE, 2012).

Quadro 1 - Quadro de áreas e populações dos bairros Argentina, Brasília, Próspera e Pio Corrêa, Censo 2012.

| BAIRRO | ÁREA (km2) | ÁREA (%) | POPULAÇÃO | POPULAÇÃO (%) |
|---------------|-----------------------|-----------------|------------------|--------------------------|
| Argentina | 1,47 | 0,62 | 2.491 | 1,25 |
| Brasília | 0,70 | 0,30 | 2.958 | 1,51 |
| Próspera | 1,84 | 0,78 | 3.261 | 1,67 |
| Pio Correa | 0,62 | 0,26 | 2.535 | 1,30 |
| TOTAIS | 4,63 | 1,96 | 11.245 | 5,75 |

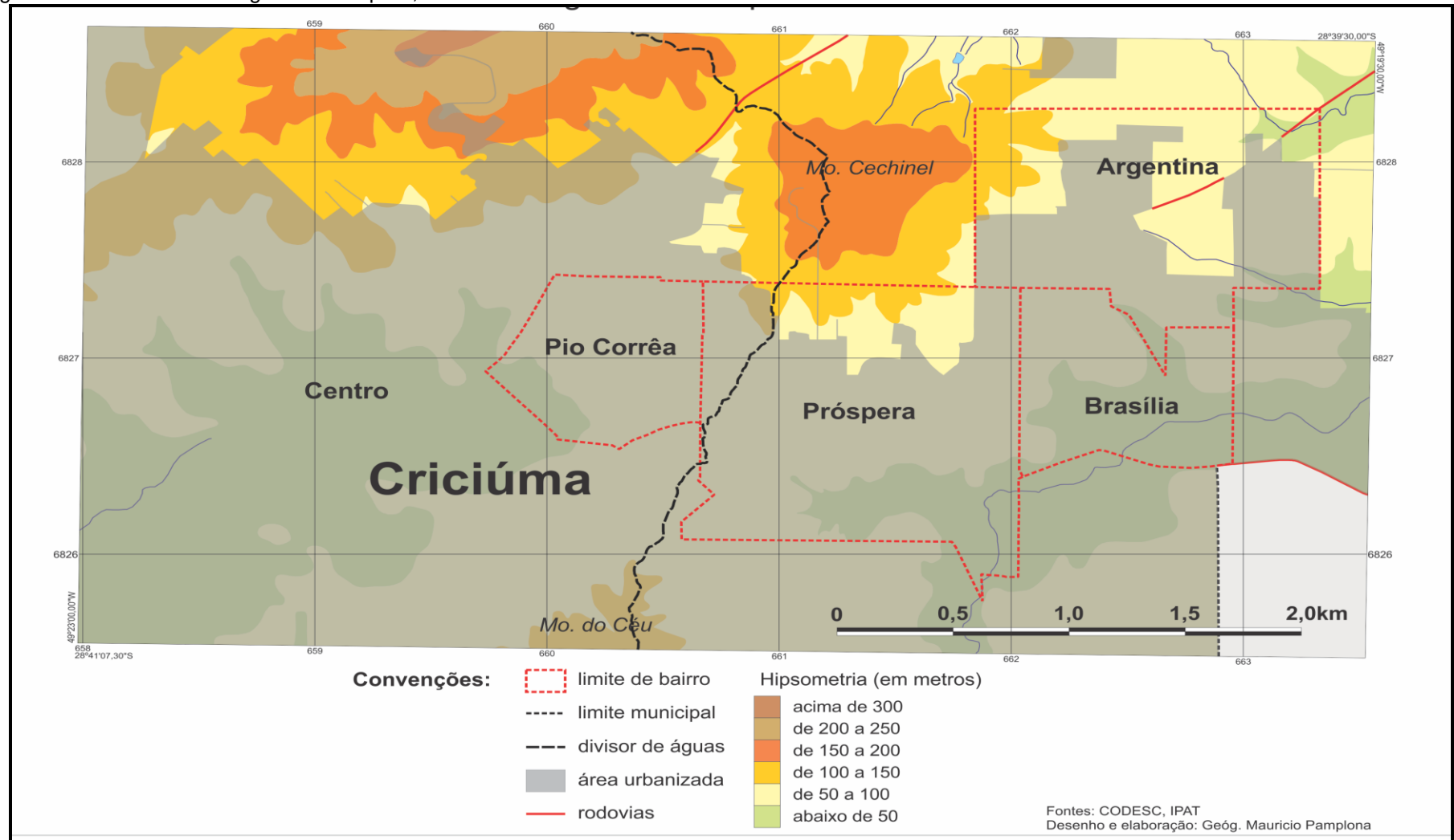
Fonte: IBGE, 2012.

Figura 1 - Localização da área de estudo no município de Criciúma - SC.



Fonte: Pamplona (2013).

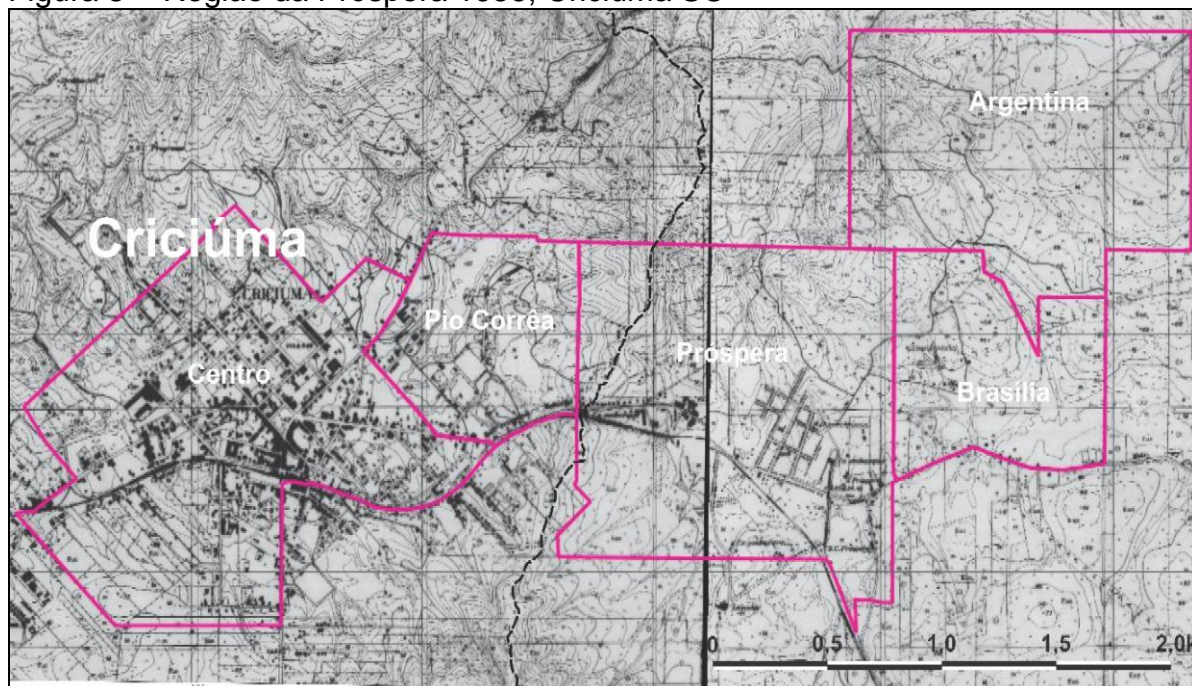
Figura 2 - Área de estudo região da Próspera, Criciúma - SC.



Fonte: Pamplona(2013)

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Figura 3 - Região da Próspera 1956, Criciúma SC



Fonte: Geofoto, 1956.

A Figura 3 demonstra a ocupação urbana inicial da Vila operária Próspera no ano de 1956. A ocupação segundo Vieira (2001), deu-se início no final dos anos 1930 com a Sociedade Carbonífera Próspera S.A e se espraiava até próximo as bocas de mina.

O centro da cidade de Criciúma aparece bem urbanizado nesse período, enquanto o setor leste da parte central da cidade apresenta-se pequenos indícios de urbanização, no bairro Pio Corrêa e Próspera, o bairros Brasília apenas com algumas manchas urbanas. Nessa época em 1956 esses bairros eram as vilas operárias, que somente foram denominados como bairro depois da presença da CSN, com a projeção da vila operária e dos engenheiros. O Bairro Argentina não existia nesta época fazia parte da vila operária Próspera. A estrada de ferro Dona Tereza Cristina deixava sua marca na paisagem urbana cortando o município de leste a oeste.

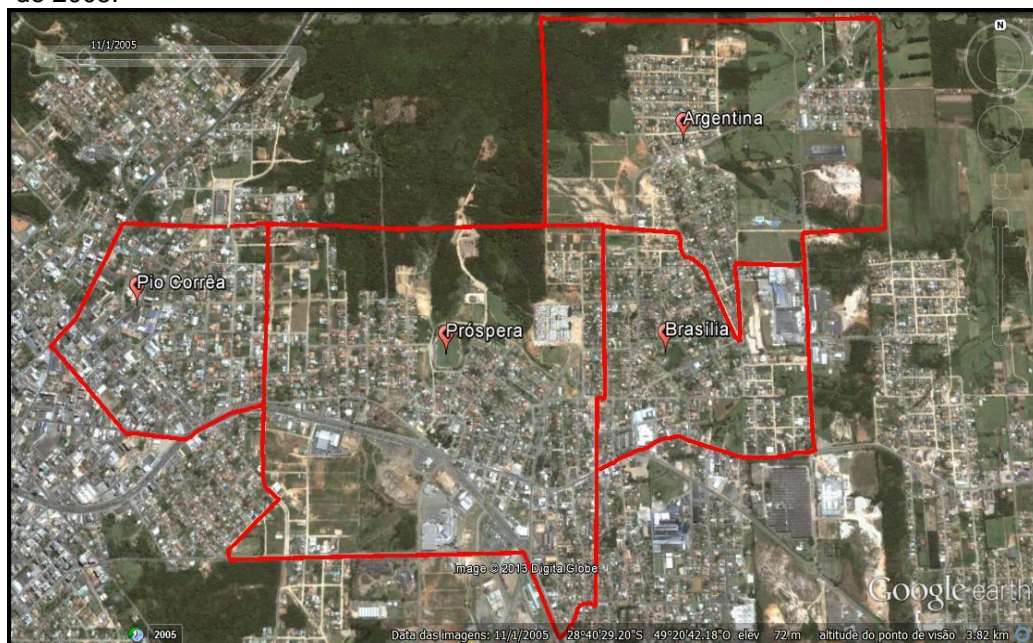
Figura 4 - Limites dos bairros Brasília, Próspera e Pio Corrêa.



Fonte: Geofoto, 1978.

Na foto Aérea de 1978 o espaço urbano mostra um novo traçado projetado pelo Arquiteto Fernando Carneiro a pedido da CSN no final dos anos 50 para dividir a vila operária da vila dos engenheiros. A vila dos engenheiros como localizava-se na planície da bacia do rio Criciúma e por ser uma área de banhado, foi toda aterrada com rejeitos de perita. Esse aterramento favoreceu o bairro Pio Corrêa na projeção dos arruamentos e disposição dos terrenos. Depois do novo traçado houve um crescimento da urbanização por ambos os lados das vilas na qual ocasionou a denominação de bairro segundo as leis municipais. Outro detalhe da imagem é que as primeiras áreas a serem urbanizadas foram as planícies dos bairros e o local onde passava a ferrovia Dona Tereza Cristina fora substituído pela avenida Centenário.

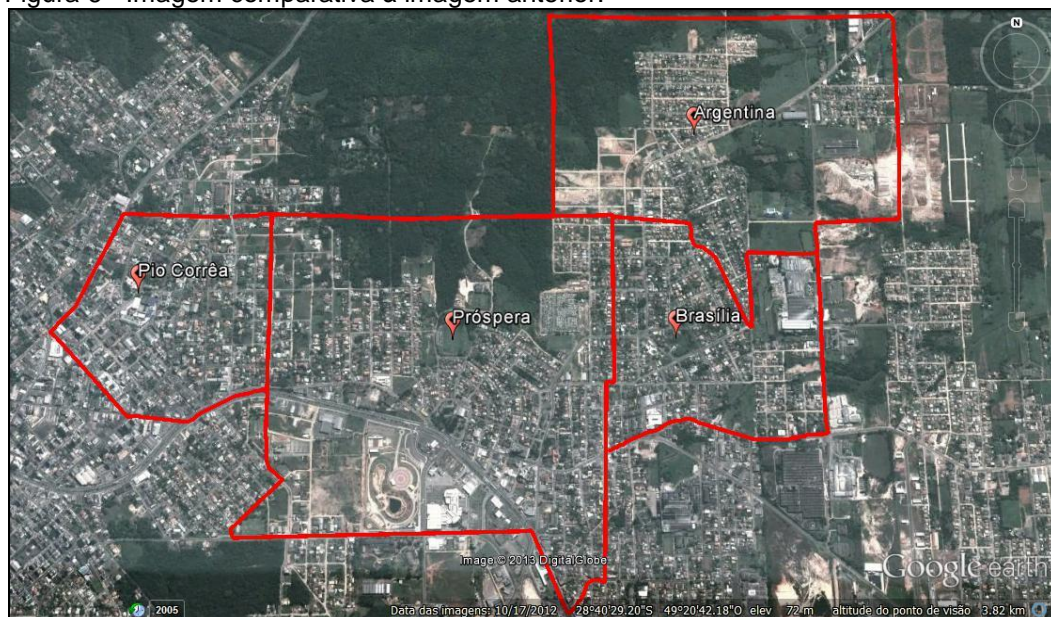
Figura 5- Crescimento urbano das áreas do setor leste do município de Criciúma ano de 2005.



Fonte: Google Earth (2005).

Comparada a figura de 1978 limites dos bairros Pio Corrêa e região da Próspera não somente as planícies estão ocupadas pela urbanização, mas toda área e encostas dos morros onde foram construídas as antigas vilas. No canto esquerdo do limite do bairro Próspera em direção ao sul, o espaço vazio pertencia a CSN que servia como depósito de perita. A avenida Centenário despertava interesses de novos agentes sociais nessa região. Os espaços urbanos dos bairros se espalhavam para ambos os lados das bacias do rio Criciúma quanto do rio Linha Anta. O crescimento urbano nessa região foi tão acelerado que levou o município a desmembrar uma parte do bairro Brasília e criar o bairro Argentina para um melhor controle do setor da prefeitura responsável pela fiscalização de infraestrutura, obras e IPTU.

Figura 6 - Imagem comparativa à imagem anterior.



Fonte: Google Earth (2013).

A figura 6 apresenta os limites dos bairros Próspera, Brasília e Pío Corrêa com seus espaço preenchidos pelas construções. Cada bairro apresenta formas de arruamentos diferentes, porém, preservam o projeto inicial dos bairros construído em tempos de atuação da CSN. Somente o bairro Argentina criado em 2003 apresenta algumas diferenciação no seu espaço urbano, pois, a maior parte do seu bairro foi projetado quando desmembrado do bairro Brasília. Abaixo da imagem no bairro Próspera percebe-se uma grande área ocupada pelo Parque das Nações construído pela Prefeitura Municipal.

6.1 A ECONOMIA CARBONÍFERA DE CRICIÚMA

Desde a sua fundação em 1880 por agricultores de origem européia, Criciúma distrito do Município de Araranguá vivia de uma economia de subsistência (ALVES, 2007) mas com a descoberta do carvão, aos poucos alguns proprietários de terras começaram a explorá-lo de forma rudimentar e despertar interesses a uma exploração mais profissional.

Em 1915 devida a extensão de carvão mineral no distrito de Criciúma surge a primeira carbonífera, tratava-se da carbonífera Colônia Ltda que começara a comprar as terras dos pequenos agricultores no setor leste da cidade e dava início a aberturas de bocas de minas. As primeiras bocas de minas estavam localizadas no

atual bairro Pio Corrêa e conforme percebia-se tamanha extensão abriam-se em novas áreas (GOULARTI FILHO, 2002).

Com a falta de administração e com problemas de indenizações para mineiros acidentados a carbonífera Colônia Ltda vende a mineradora para novos empresários que dão início a Sociedade Carbonífera Próspera.

[...] Com a inauguração da ferrovia, em 1919, que este modelo econômico se solidifica e passa a marcar fortemente o espaço social da vila. A partir daí, percebe-se a expansão do núcleo central e o aparecimento de alguns bairros: Próspera e Pinheirinho (BALTHAZAR, 2001, p. 30).

Na década de 1920 o carvão passa a se explorado e comercializado por mineradoras tendo seu transporte por via férrea até Imbituba direcionado ao mercado brasileiro (GOULARTI FILHO, 2002). Em 1925, já com uma economia razoável Criciúma, deixa de servila e distrito de Araranguá e é elevada a sede e município.

De acordo com Dias (1995 p. 8) o município de Criciúma têm como principais unidades litoestratigráficas a formação Palermo composta por uma “sequência de siltitos arenosos e argilosos sobreposto à formação Rio Bonito que é uma associação de arenitos folhelhos e leitos de carvão em suas camadas”.

A formação geológica determinou o aparecimento de algumas atividades econômicas que alavancaram a economia da região, fazendo com que Criciúma se tornasse um importante centro urbano no sul de Santa Catarina. A presença do carvão mineral possibilitou o enriquecimento da região e a ascensão de capitais locais através da atividade de extração desse mineral. É nesse quesito que o Estado se faz presente em Criciúma através de companhias estatais de exploração do carvão mineral. Embora o investimento estatal funcionasse como agente impulsionador da região antes mesmo das companhias estatais se inserirem na região muitas pessoas realizavam a extração de forma incipiente, rudimentar e ilegal, ou seja, eram empreiteiros que não possuíam licença para extrair carvão. Sendo assim, o trabalho não deixava de ser uma pequena produção que contribuiu para a ascensão dos capitais locais (ISOPPO, 2009, p. 22).

Segundo Goularti Filho (2002) o crescimento da exploração do Carvão em Criciúma entre 1940 a 1950 devido ao incentivo do Governo Federal fez quem que a cidade passasse a ser reconhecida como a Capital Nacional do Carvão. O autor reforça que nesse período o Brasil investia em indústrias, principalmente siderúrgicas e necessitavam do carvão metalúrgico para atender a produção.

A Sociedade Próspera S.A em 1940 à 1950 passava por problemas de manifestações de seus funcionários por melhorias nas condições de trabalhos. Esse período a Sociedade Carbonífera era responsável pela venda de grandes lotes de

carvão para indústrias siderúrgicas no Brasil. Para que não houvesse nenhum problema em sua produção o governo brasileiro comprou a maior partes das ações e a transformou em CSN – Companhia Siderúrgica Nacional (BALTHAZAR, 2001).

Em 1953 no mesmo ano da estatização da carbonífera através da Lei 1.886 o Governo implanta o Plano do Carvão Nacional e a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), que beneficiavam a exploração do carvão. De acordo com Carola (2002) o plano previa a abertura de estradas, a geração da eletricidade, escolas, áreas de lazer, aumento das vilas operárias e novas cidades que surgiram depois da instalação do Plano.

Os reflexos deste direcionamento político são sentidos na própria ocupação físico-espacial do distrito – os decretos para aumentar e regular o consumo do carvão Nacional faz incentivar a abertura de novas frentes de trabalho. Nas fases de maior expansão urbana, é possível percebe-se, espacialmente, a intervenção e o incentivo dado pela União para que os mineradores aumentassem a sua produção – uma vez que para atender a estas novas frentes de trabalho os mineradores implantavam vilas operárias em áreas lindeiras de minas (BALTHAZAR, 2001, p. 30).

Conforme Goularti Filho (2004) Criciúma passa a sofrer um fluxo migratória com imigrantes vindos de outras regiões do estado, mas principalmente do litoral em busca de melhor qualidade de vida.

A população das cidades e das vilas operárias crescia. O comércio crescia, o dinheiro corria, os negócios prosperavam. Era um agito uma compulsão coletiva. Minas eram abertas em qualquer afloramento, em cada encosta, em cada plano inclinado. [...] Mas era o progresso de toda a região, e que fez de Criciúma a cidade pólo que é (CAMPOS, 2001, p. 31 e 32 MONTIBELLER et al, 2012, p. 109).

O aumento populacional expandia o território do município rapidamente, dando abertura para que diversos setores industriais e centros de estudos viessem a se instalar, como as universidades e escolas técnicas (MILIOLI, 2009). O autor chama atenção ainda para o aumento da economia no município que o carvão provocará nessa época.

Segundo Carola (2002) as décadas de 1940 a 1970 ficaram conhecidas como a `Década de Ouro`, tanto para economia local quanto para a catarinense com o Estado comprando todo carvão e assumindo os gastos de transportes e beneficiamento. Em 1974 é lançado o II Plano Nacional do Desenvolvimento (II PND) plano econômico para o período de 1975 a 1979 que propunha ampliar a infraestrutura de transportes, energia e telecomunicação, substituído assim, o Plano do Carvão Nacional e garantindo com total controle a venda do carvão e empregos.

No entanto, da mesma forma que a atividade carbonífera alavancou a economia do município, trouxe consigo muitos problemas; como o crescimento desordenado, causador de uma série de problemas de ordem socioambiental [...] (MILIOLI, 2009, p. 240).

Já no final da década de 1970 o governo anuncia cortes nas políticas dos subsídios e benefícios e são determinadas leis ambientais para recuperação de áreas causados pelas carboníferas (CAROLA, 2002, p.23). No ano de 1986 o setor minerador sofre outro abalo com o corte total dos subsídios e a redução das atividades estatais (GOULARTI FILHO, 2002).

Segundo Goularti Filho (2002) e Milioli (2009) no final dos anos 1980 têm-se uma nova eleição presidencial em que Fernando Collor é eleito pelo povo e dá continuidade as ideias de privatização da CSN motivada pelo ex presidente José Sarney. Em primeiro momento o governo corta todos os subsídios e da abertura a entrada de carvão importado no país o que acelera a crise do carvão.

Com a crise do carvão anunciada e o aumento expressivo da população, os governantes locais optaram por investir em infraestrutura atraindo assim, novas indústrias que assegurassem o desenvolvimento econômico e urbano substitutivo ao provocado no município pela mineração (Rosa 2011).

Conforme o IBGE (2010) e Goularti Filho (2002) a mineração proporcionou um grande desenvolvimento econômico de Criciúma, assim, como sua rápida urbanização. Nos anos de 1940 `a 1960 a maior parte da população encontrava-se nas áreas rurais do município de Criciúma. A partir da década de 1970 Criciúma se transformou em um município basicamente urbano.

Percebe-se que o Município de Criciúma de 1940 à 1980 teve seu crescimento da população basicamente ligada a exploração de carvão. Segundo análise da evolução demográfica no Município nesse mesmo período a população chegou a mais de 400% do número de habitantes inicial quanto a população urbana era de 4.895 hab. e no ano de 1980 ou seja, 40 anos depois, a população é 96.325 hab. De 1980 à 1991 a taxa de urbanização no município de Criciúma chega a 95, 48%, o que poderia ver diferentes reflexos na morfologia da cidade.

Tabela 1 - Evolução demográfica no município de Criciúma no período de 1940 à 1991.

| Ano | População Urbana (hab.) | População Rural (hab.) | População Total (hab.) | Taxa de Urbanização (%) |
|------------|--------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| 1940 | 4.845 | 22.908 | 27.753 | 17,46 |
| 1950 | 9.298 | 41.556 | 50.854 | 18,28 |
| 1960 | 27.905 | 34.070 | 61.975 | 45,03 |
| 1970 | 55.397 | 26.054 | 81.451 | 68,01 |
| 1980 | 96.325 | 14.274 | 110.604 | 87,09 |
| 1991 | 132.201 | 13.961 | 146.162 | 90,45 |

Fonte: Viera (2001).

O crescimento da população fez com que o perímetro urbano se estendesse para as áreas rurais, pois, não havia mais espaços nas áreas próxima da cidade ou perto das carboníferas, os altos valores dos terrenos, obrigavam a população a buscar por lotes com valores mais acessíveis ou mesmo invadir áreas irregulares para moradias (VIEIRA, 2011).

Segundo o IBGE (2010) o número de bairros multiplicou-se no período 1940-41, assim com o número de “periferias dentro do próprio município” (MILIOLI, 2009, p. 240).

Observando a estrutura de uma cidade podemos apontar dois tipos de espaços urbanos: Os que estão legalizados, (pagam impostos e taxas e são reconhecidos oficialmente pelos órgãos públicos), e as áreas de ocupação ilegais que são frutos de invasão ou posse de áreas degradadas, de risco ou de baixo valor comercial (FLOR, 2008, p.12).

A maioria dos bairros e periferias surgiram com a influência da mineração, alguns produzidos pelas carboníferas e outros pela própria população (GOULARTI FILHO, 2004).

Atualmente segundo os dados do insumo para revisão do plano diretor do município de Criciúma coletados pelo IPAT (2007) a cidade de Criciúma conta com 90 bairros, sendo que 57 são regularizados conforme a lei municipal enquanto os demais são considerados irregulares.

Conforme dados do setor de Cadastro da prefeitura municipal o maior registro de regularização de bairros foi durante o período de maior atuação da mineração e a maioria dos bairros irregulares no município são casos mais recentes.

Segundo Vieira (2001) a região leste do centro urbano foi o que se desenvolveu primeiro como um núcleo excêntrico. O bairro Próspera é considerado um dos mais antigos do município, teve seu desenvolvimento maior no período de 1940 a 1950, auge da mineração. Segundo Balthazar (2001) no final dos anos 40 a Vila Operária Próspera era referenciada como bairro, porém sua regularização

ocorre em 1971 com o regimento da Lei Municipal Nº 851 na qual transforma-o em Bairro Próspera em homenagem a própria carbonífera que desenvolvia o setor econômico e urbano daquela região do município.

6.2 A PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA NA REGIÃO DA PRÓSPERA E A COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL (CSN) COMO AGENTE SOCIAL

A Vila Operária Próspera, situada na área em questão “teve seu desenvolvimento ligado às atividades industriais da Sociedade Carbonífera Próspera S.A” (ALVES 2007, p. 01).

O estabelecimento da mineração do carvão como geradora de uma economia própria à Criciúma e região e o seu aceleração no final da década de 30, fez com que a indústria tivesse como objetivo a ampliação de mão-de-obra para dar continuidade a ampliação e crescimento econômico. Para tanto as mineradoras atraíam pessoas das cidades vizinhas. A Sociedade Carbonífera Próspera S.A seguia o “modelo das grandes cidades européias e brasileiras” construindo as primeiras vilas operárias com casas pequenas de dois a três cômodos na periferia da cidade” (ALVES, 1998, p. 02).

Dessa forma, a vila operária começava a surgir nas áreas de domínio da Sociedade Carbonífera Próspera e tal processo ocorreu em maior intensidade na região a leste do centro urbano, na época mais afastado se caracterizando como uma “zonas de expansão urbana” (BALTAZAR, 2001, p.41).

De acordo com Vieira (2001, p. 64):

No contexto da produção do espaço urbano do setor leste de Criciúma um único agente apresenta como gerador do processo: a indústria da mineração que nas suas imediações gerou assentamentos dos mineiros como as do atual Bairro Próspera e Bairro Brasília. A forma espacial resultante dessas relações de produção se resumem as vilas operárias limitadas ao provimento de habitação com comércio restrito ao atendimento das necessidades mais básicas da população trabalhadora.

Figura 7- Primeira Vila Operária Próspera no início dos anos 1940.



Fonte: Vieira (2001).

A Vila Operária apresentava-se casas pequenas situações precárias sendo uma próxima a outra. Observa-se no fundo da imagem uma plantação de eucaliptos de uso próprio da carbonífera.

A vila operária não oferecia conforto aos mineiros, o comércio, o lazer e outros serviços básicos necessários ficavam no centro da cidade. Geralmente as vilas eram próximas as bocas de mina (GOULARTI FILHO, 2004).

Segundo Balthazar (2001) mesmo sem infra-estrutura, a ocupação do solo pela vila operária Próspera da Sociedade Carbonífera Próspera S.A, transformavam-se e produziam o espaço urbano, o que dava início ao surgimento do bairro Próspera.

Figura 8 - Boca de mina localizada na Vila Operária Próspera.



Fonte: Filho (2002).

Era comum a presença de bocas de minas próximos as casas dos operários. Não era uma escolha dos operários a própria Carbonífera distribuía assim as moradias. Quanto mais próxima as casas maior privilégio do funcionário por ficar próximo ao seu trabalho (GOULARTI FILHO, 2002).

No início, a Vila Operária ficava somente localizada próximo as bocas de minas. Com o aumento das vendas de carvão surge a necessidade de novos funcionários o que expandiu a vila operária em direção ao centro da cidade (atual Bairro Pio Corrêa), nas terras que pertenciam a carbonífera (BALTHAZAR, 2001).

As casas tinham o mesmo padrão e tamanhos as ruas geralmente os mesmos sentidos. A Carbonífera não tinha preocupação em oferecer melhores condições de vida à seus funcionários o que acabava despertando manifestações por parte de seus funcionários (ALVES, 2007). O Autor relata que nessa época a maioria dos mineiros passavam por situações de calamidades e muitos com doenças infecto-contagiosas, devido a falta de saneamentos básicos e equipamentos de segurança.

Somente em meados da década de 50 a Vila Operária apresentará um nova estrutura (GOULARTI FILHO, 2004). A preocupação do governo com futuras perdas econômicas leva a compra das maiores ações da Carbonífera Próspera S.A.

Em abril de 1953 a CSN com a compra de ações torna a Sociedade Carbonífera Próspera sua subsidiária (ALVES, 2007) pelo “fato de a empresa ter jazidas de carvão de boa qualidade, sendo que a CSN dispunha de poucas reservas” e necessitava ampliar a produção siderúrgica (GOULARTI FILHO, 2004, p. 295). Dessa forma posteriormente é reconhecido que: “a Carbonífera Próspera estatal e subsidiária da CSN, ligada ao Ministério da Indústria e Comércio, representava 20% de todo o carvão pré-lavado produzido em Santa Catarina” (GOULARTI FILHO, 2004, p. 296).

Esta ação foi para a produção e ocupação urbana do bairro Próspera, com a ação do Estado (MILIOLI, 2009) o que segundo Balthazar (2001) provocou tremendas mudanças e evolução do espaço urbano daquela região.

A partir desse momento a indústria carbonífera expande a mineração por todo município de Criciúma intensificando a contratação da mão-de-obra, determinando uma grande explosão demográfica vivida na Região da Grande Próspera (VIEIRA, 2001). “Com o aumento da população operária a CSN sentiu-se na obrigação de aumentar o espaço que fora produzido pela Sociedade Carbonífera Próspera” (ALVES, 1998, p. 05).

Em um primeiro momento como forma de organizar um espaço já produzido, a CSN, começa trocar aos poucos as casas de madeira em situação mais precárias da Vila Operária por casas de alvenaria (GOULARTI FILHO, 2004). Baltazar (2001) completa Goularti Filho (2004) ao dizer que as residências foram demolidas, pois, a CSN, achava a situação humilhante, já que as casas não ofereciam as necessidades básicas que todo morador necessita, e desse modo construiu novas casa.

Figura 9 - Casas construídas pela CSN, na década de 60. Nota-se melhor estrutura as casas são maiores oferecendo mais conforto para os familiares dos mineiros.



Fonte: Alves (2009).

As casas da vila operária apresentavam-se de acordo com as necessidades de cada operário. As casas eram alta do chão, com um mesmo padrão, ofereciam cômodos espaçosos e um aspecto de limpeza de bem estar ao morador. A própria organização dos logradouros através do projeto das vilas, fez com que oferecesse melhor disposição das casas. Assim, como as casas foram construídas áreas de lazer para os mineiros e seus familiares, na forma da transferência do campo de futebol que situava-se na vila dos engenheiros, o atual bairro Pio Correa, para a Vila Operária Próspera, com a construção Estádio Mario Balsini, a construção do Próspera Clube Recreativo para os trabalhadores da carbonífera e a igreja de Nossa Senhora da Salette situada ao lado da caixa de embarque de carvão, na atual Praça do Trabalhador (BALTHAZAR, 2001).

Figura 10 - Igreja Nossa Senhora da Salete.



Fonte: Arquivo da CSN - GRA/SC: Gerência de Recuperação Ambiental.

O local em que se encontrava a igreja Nossa Senhora da Salette apresentava-se uma paisagem degradada devido o carvão exposto ao solo. Ao lado esquerdo da igreja a antiga caixa de embarque de carvão, assim como a ferrovia ao seu entorno.

Segundo informações repassadas por antigos funcionários da CSN, o arquiteto Fernando Carneiro fora contratado pela companhia para elaboração de projetos habitacionais, na forma de vilas, bairros e loteamentos, a serem destinados aos funcionários da CSN. Entre estes, pode-se citar o bairros Próspera, Brasília e Pio Corrêa, então conhecido como Vila dos Engenheiros.

Nos documentos, analisados consta que o loteamento Vila dos Engenheiros foi aprovado pela lei-municipal 790/1970 como Bairro Pio Corrêa. Destinado aos funcionários que ocupavam os níveis mais elevados, ou seja, na administração e direção da empresa em contraposição a Vila Operária Próspera destinada aos mineiros (VIEIRA, 2001).

Ainda de acordo com o Vieira (2001) a partir do momento que a CSN faz essa divisão espacial, na região da Próspera e Pio Corrêa proporciona o surgimento de novos agentes sociais, tais como proprietários fundiários e imobiliários que estimulam a segregação sócio-espacial no setor leste do município de Criciúma com a valorização dos terrenos conforme sua infraestrutura e proximidades do centro.

As casas oferecidas aos funcionários administrativos ou com cargos de importância da indústria localizava-se na vila dos engenheiros e apresentavam-se superiores as casas dos mineiros. Não havia intenção da CSN em fazer desigualdade a seus funcionários, a empresa apenas beneficiar com bem estar o profissional com cargo superior na indústria.

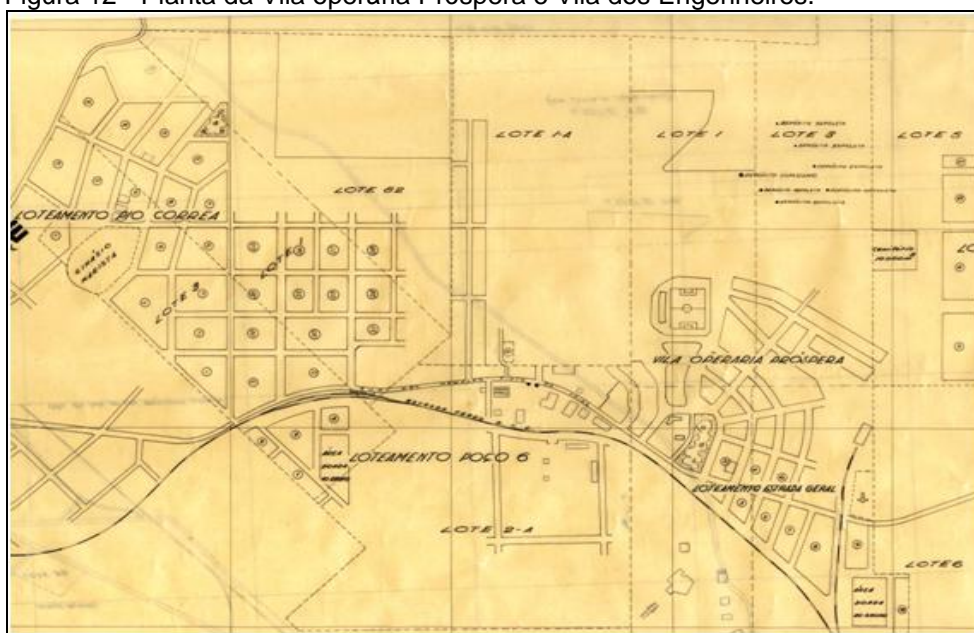
Figura 11 - Casa da família do Engº Jaci Fretta, Construída pela Carbonífera Próspera/CSN, no Bairro Pio Corrêa. Atualmente escritório administrativo da CSN.



Fonte: Rovaris (2013).

Segundo antigos funcionários da CSN no tempo em que a CSN atuava na região a casa a cima servia para hospedar os engenheiros ou funcionários administrativos que vinham da sede do Rio de Janeiro para prestar serviços nas filiais. A casa oferecia conforto e boa localização, já que está situada no Bairro Pio Corrêa antiga vila dos engenheiros.

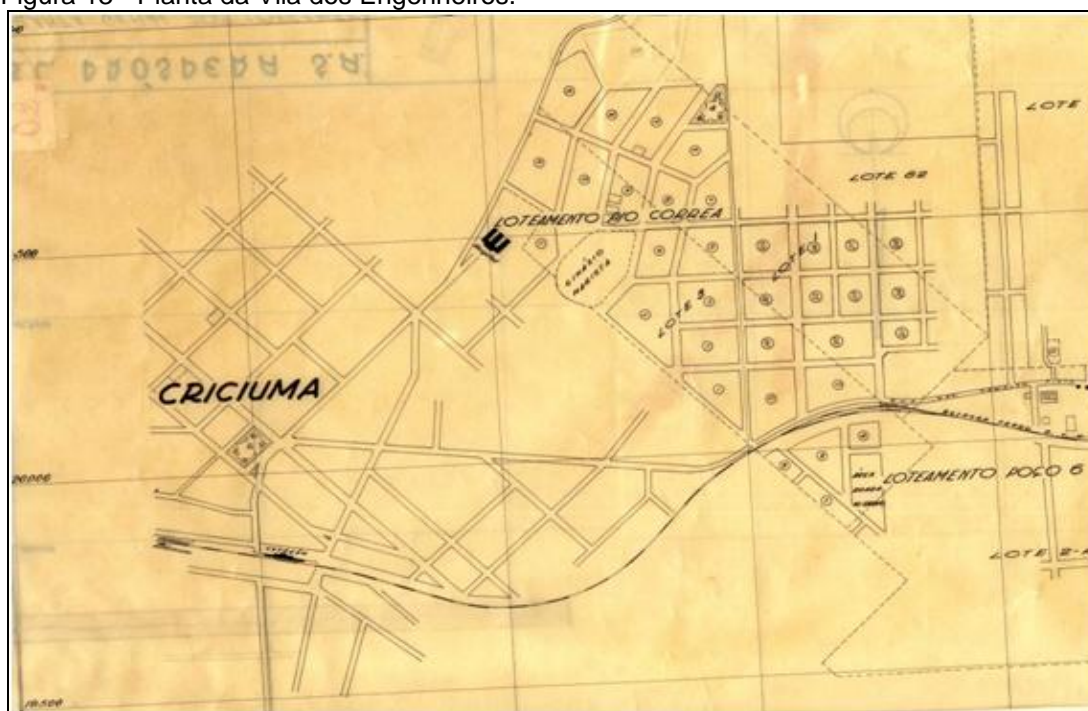
Figura 12 - Planta da Vila operária Próspera e Vila dos Engenheiros.



Fonte: Arquivo da CSN - GRA/SC: Gerência de Recuperação Ambiental.

O Projeto planta da vila operária e vila dos engenheiros elaborado pelo arquiteto Fernando Carneiro a pedido da CSN, a fim de reproduzir o espaço produzido anteriormente pela Sociedade Carbonífera Próspera. Nota-se que a vila dos engenheiros, a esquerda da figura na qual foi projetada para receber os engenheiros e funcionários administrativos da carbonífera apresenta-se melhor disposição de ruas em relação a vila dos operários no canto direito da imagem. Devido sua localização e por encontrar-se na planície, recebeu aterros no qual favoreceu largos logradouros e melhores distribuições dos terrenos.

Figura 13 - Planta da Vila dos Engenheiros.

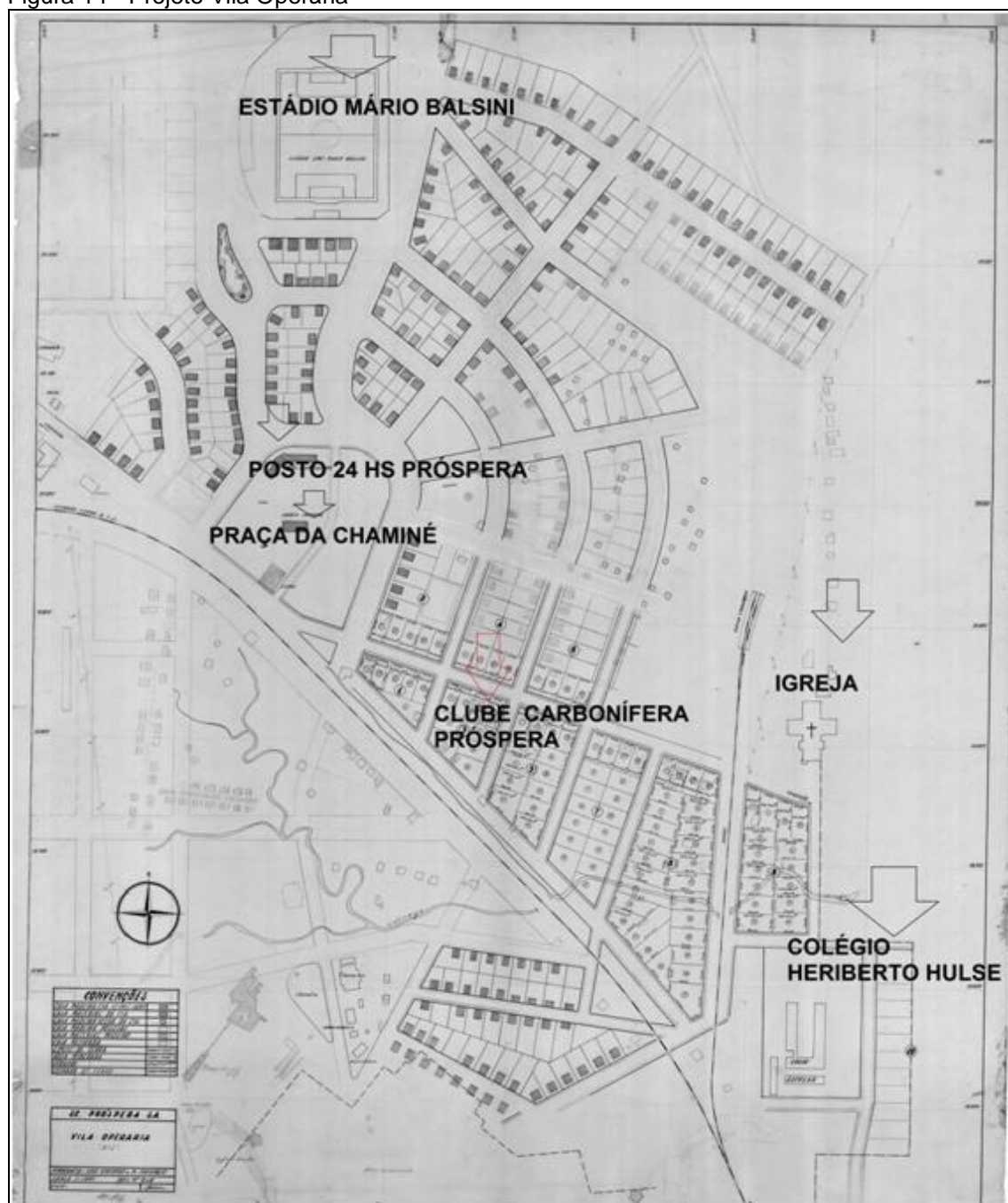


Fonte: Arquivo da CSN - GRA/SC: Gerência de Recuperação Ambiental.

A Vila dos engenheiros localiza-se próximo ao centro da cidade e do hospital São José que teve o terreno cedido pela CSN, afim de atender seus funcionários. De acordo com antigos funcionários da CSN para garantir aos filhos de seus funcionários boa educação, a CSN cedeu terrenos para dois colégios um público e outro particular. No projeto sempre uma área ficava destinada a pracinhas públicas.

Com a construção do Hospital São José que atendia toda região deu início a aberturas de agencias bancárias no centro da cidade, ampliação do comércio e de serviços o que causou reflexos imediatos na economia da cidade e da região (VIEIRA, 2001).

Figura 14 - Projeto Vila Operária



Fonte: Arquivo da CSN - GRA/SC: Gerência de Recuperação Ambiental.

No projeto Vila Operária vê-se as casas de materiais como tijolos achuradas de preto para eventual controle da carbonífera. As ruas todas projetadas com saídas para a principal Osvaldo Pinto da Veiga que fica em frente a praça da chaminé, praça essa na qual funcionava próxima a antiga Sociedade Carbonífera Próspera S. A. Segundo antigos funcionários tanto do lado da Vila Operária quanto a vila dos engenheiros a CSN fez doação de terrenos para escolas e centros de saúde. Na planta está disponível a localização Colégio Estadual Heriberto Hülse, postos de

saúde e áreas de lazer, assim, como a Igreja N^a Senhora da Salete, considerado atualmente um patrimônio do Município.

Segundo Vieira (2011) a CSN ao reorganizar o espaço urbano acabou acarretando uma segregação sócio-espacial entre as vilas que mais tarde seriam registados como Bairros Próspera, Pio Corrêa e Brasília, sendo o último citado desmembrado em 2003, dando espaço para o bairro Argentina.

Para Caldeira (2003, p. 211):

A segregação tanto social quanto espacial é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade.

Segundo Vieira (2001, p. 266), a CSN reproduziu o espaço urbano de uma forma que todos pudessem se sentir de acordo com suas necessidades. Porém, segregou o espaço na “medida que promovia a implantação desigual de equipamentos urbanos” nas vilas. O povo mineiro se sentia inferior ao povo que morava na vila dos engenheiros, os mesmos designavam a vila dos engenheiros como lugar para ricos já que possuíam melhores infraestrutura e qualidade de vida.

De acordo com Balthazar (2009), o passo maior para segregação desse espaço, surge logo após essa reprodução espacial provocada pela CSN. A prefeitura a fim de manter o crescimento econômico e populacional provocado pela CSN na região leste da cidade, transfere a linha férrea para outro local e constrói a avenida Centenário. Para Vieira (2001) a construção da avenida Centenário despertou o interesse de proprietários industriais a se instalarem ali, pois, oferecia ligação com os outros municípios e fácil acesso a Br 101. Nesse mesmo período aumentou a procura por lotes e grandes terrenos para moradia e instalação de empresas na região leste do município, o que fez despertar o interesse do agentes fundiários (proprietários de terras) e agentes imobiliários na especulação dos valores.

A CSN, induzia uma nova produção e reprodução do espaço daquela região já que a maioria das terras no setor leste do município onde havia interesse pertenciam a CSN e demais proprietários privados. Até certo momento a CSN não havia interesse em vendê-las, ao contrario, buscava por mais terrenos para

plantação de eucaliptos e exploração do carvão mineral, enquanto os demais valorizavam suas propriedades e acabavam vendendo-as.

No final da década de 1970 com os cortes dos subsídios estabelecidos pelo governo faz com que nos anos de 1980 a carbonífera passe a vender imóveis, primeiramente oferecendo a seus funcionários e empresários da região. Com a baixa venda do carvão, em 1988 a carbonífera transforma-se totalmente em estatal e na década de 1990 o Governo vende a CSN (GOULARTI FILHO, 2004).

Mesmo com a privatização da CSN o padrão e a segregação dos bairros construído em tempos de funcionamento da carbonífera prevaleceu. O espaço criado pela CSN abre portas para o surgimento de novas indústrias, comércios e shopping na região leste, no qual acabou favorecendo ainda mais as especulações imobiliárias naquela região (VIEIRA, 2001).

A CSN em tempos de funcionamento por adquirir grande quantidade de terrenos naquela região fez o diferencial, seguiu em quanto podia, preparou com padrão de grandes cidades, dividindo áreas de diferentes padrões na qual futuramente segurasse seu valor. A própria prefeitura municipal garantiu a infraestrutura, todo equipamento urbano daquela região. O Bairro Pio Corrêa é reconhecido como Bairro nobre da cidade, era normal ouvir-se dizer segundo Castriota (2003, p. 150) “lá [...] só mora quem é verdadeiramente cidadão respeitável para as lógicas do capital, isto é, [...] ter um espaço a sua altura”. Enquanto o Bairro Próspera e Brasília, mais acessíveis ao bolso do cidadão.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Criciúma, o primeiro Plano Diretor de Criciúma do ano de 1973 se encarregou de completar o que foi imposto pela CSN quanto a valorização do terreno no bairro Pio Corrêa. As leis determinando como e quais tipos de construções deveriam ser construída impediu que qualquer pessoas comprasse um imóvel, ou houvesse invasão irregular naquele espaço, o que fez crescer os bairros Próspera, Brasília que acabou desmembrado e deu espaço ao novo bairro Argentina. Ainda conforme dados repassados pela prefeitura toda área antes pertencente a Vila Operária hoje bairro Próspera, têm liberação para construção de conjuntos habitacionais, ou condomínios de baixo padrão, financiado pela minha casa minha vida, o que pode ser visto atualmente no bairro Brasília a construção de novos e também o Complexo Ulha Negra construído ainda em tempos de fortes atuações da mineração no Bairro.

No caso do Pio Corrêa, o bairro é residencial, tem um padrão de construção, conforme a Lei Municipal nº 095, de 28/12/2012, nos artigos 54 à 59, e não pode ter mais que dois pavimentos, isso se tratando do núcleo do bairro, formado pela Vila dos Engenheiros. No seu entorno em direção ao centro com uso misto é previsto 4 pavimentos, porém, os mesmos devem permanecer com padrão de classe média alta o que favorece a especulação imobiliária.

A diferença de valores de imóveis entre esses bairros é muito grande os próprios corretores imobiliários quando interrogados sobre a diferença, a primeira coisa que eles falam “é não tem nem como comparar o bairro Nobre como o Pio Corrêa em relação a qualquer a outro bairro de Criciúma’. Porém, percebe-se que os poucos lotes disponíveis para vender no bairro Pio Corrêa os terrenos da Próspera próximos ao Pio Corrêa acabam sendo alvo de especulação imobiliária, pois, as ruas limites de um bairro com o outro oferecem a mesma infraestrutura e dinâmica do Bairro.

Figura 15 - Terrenos à venda próximo ao Bairro Pio Corrêa.



Fonte: Rovaris (2003).

Os terrenos da figura 15 localizam-se na rua Junqueira Guerra, acesso a rua Independência no bairro Próspera é confundido por muitas pessoas como pertencente ao Pio Corrêa devida sua infraestrutura e proximidades. Aos fundos a

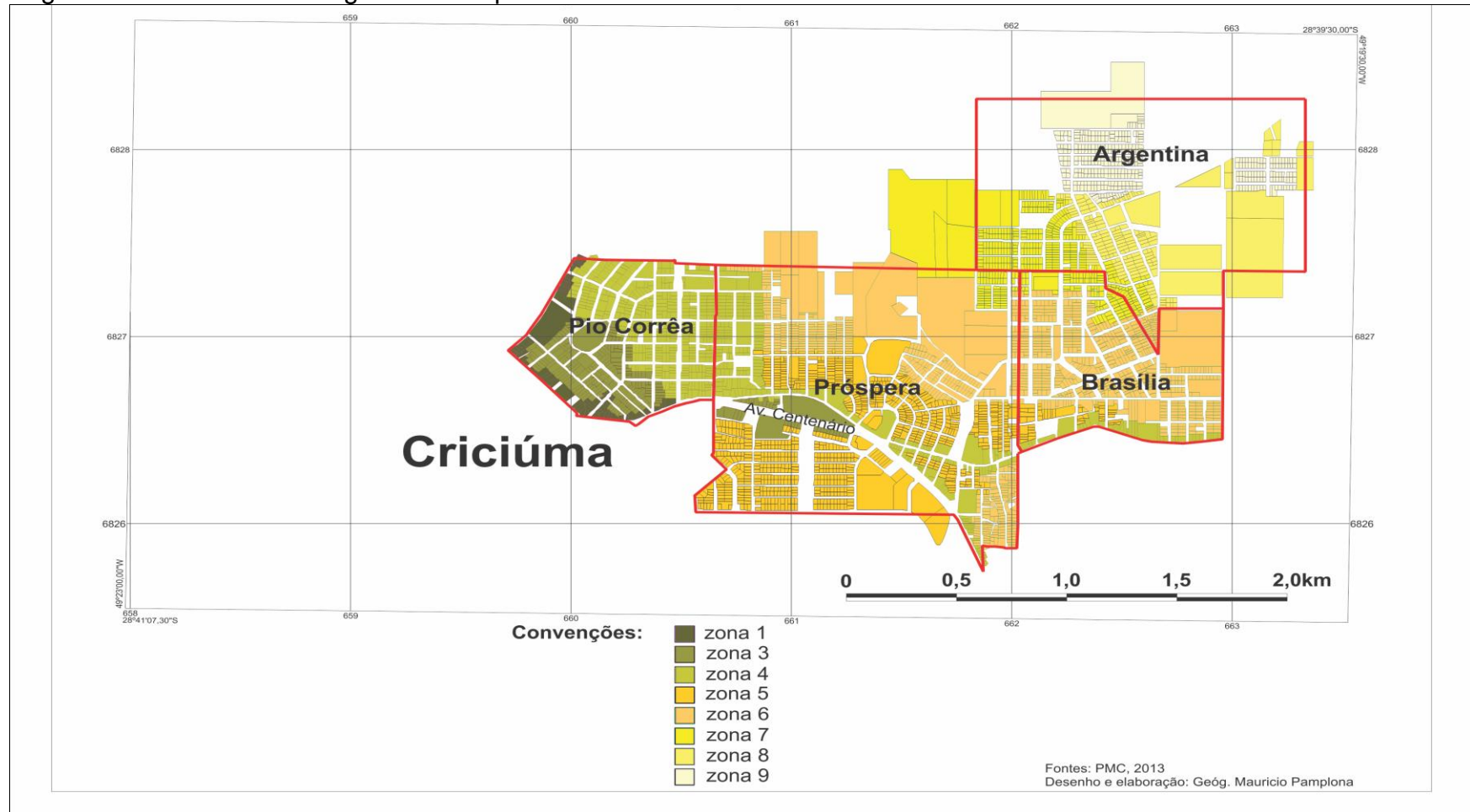
planície onde está localizado o Bairro Pio Corrêa e a parte central do município com suas edificações.

Cabe lembrar que os logradouros do bairro Pio Corrêa apresentam-se em três Zonas Fiscais diferentes conforme visto no mapa abaixo, sendo elas determinantes nos valores impostos por m² do terreno, principalmente para cobrança de 'Imposto Predial e Territorial Urbano'.

Os terrenos do bairro Pio Corrêa pertencentes a zona fiscal 1 localiza-se próximo a região central, na qual é utilizada mais para comércios e edifícios, sendo a zona fiscal com o m² mais caro estabelecido pela prefeitura, hum mil cento e vinte e seis reais com quarenta e oito centavos . A zona fiscal 3 em torno ao hospital e ao colégio Marista chega ao valor de cento e oitenta e cinco com oitenta e sete centavos m² e a zona fiscal 4 no valor de noventa e cinco com quarenta e cinco centavos o m².

O que pode se observado quanto as zonas fiscais é que os valores de cada zona difere muito o valor. As ruas praticamente próximas e com valores do m² até 100% a mais. Observa-se que as áreas com maior influência de comércios ou interesse da prefeitura em manter os status localizam-se dentro das zonas fiscais mais caras. Essas mesmas áreas de interesse da prefeitura em valorização são aquelas que sofreram com maior especulação imobiliária. O interesse do governo municipal abre porta para outros agentes sociais produtores como os imobiliários, que se aproveitam dos investimentos em infraestrutura e ortogas no uso do solo impostos pela prefeitura, para garantir a reprodução do capital.

. Figura 16 - Zona ITBI na região da Próspera - Criciúma-SC



As zonas fiscais determinadas pela prefeitura de Criciúma impõe uma ordem de valorização para arrecadação de impostos prediais e territoriais urbanas em cada logradouro. Desta mesma forma a um maior interesse em investimentos por parte do município e dos agentes fundiários e imobiliário que aproveitam-se dessa situação para lucrar.

A região da grande Próspera e o bairro Pio Corrêa são totalmente opostos quantos aos valores de seus terrenos urbanos. A especulação que gira em torno dos terrenos é exorbitantes quando comparados a tabela do ITBI e em relação a zona fiscal que o terreno se encontra. Quando analisados os valores impostos pelas imobiliárias em alguns terrenos da área de estudo, percebe-se tamanha especulação. Na região da Próspera pode ser encontrado terrenos com mais de 7000 m² com o valor menor que os terrenos disponíveis para venda no bairro Pio Corrêa. Isto fica visível quando analisado na tabela abaixo, uma média de valores de terrenos disponíveis nos sites de imobiliárias no município de Criciúma, SC.

Tabela 2 - Média de valores dos terrenos localizados nos centros dos bairros Pio Corrêa/ Próspera, Brasília e proximidades segundo as imobiliárias de Criciúma, SC, 2013.

| BAIRRO | ÁREA (m ²) | ZONA FISCAL | VALOR (R\$) |
|--------------------------------------|---------------------------|-------------|----------------|
| Pio Corrêa | 561,00 | 3 | 1.100.000,00 |
| | 428,35 | 3 | 680.000,00 |
| | 350,19 | 4 | 340.000,00 |
| Próspera | 585,25 | 5 | 170.000,00 |
| | 426,00 | 5 | 130.000,00 |
| | 380,00 | 6 | 106.000,00 |
| Brasília | 450,00 | 7 | 90.000,00 |
| | 330,03 | 8 | 73.400,00 |
| | 7.528,00 | 9 | 280.000,00 |
| Próspera proximidades Pio Corrêa | 431,00 | 4 | 245.000,00 |
| | 485,00 | 4 | 220.000,00 |
| | 449,59 | 5 | 190.000,00 |
| Próspera proximidades Av. Centenário | 480,00 | 5 | 250.000,00 |
| Próspera proximidades Brasília | 425,00 | 6 | 80.000,00 |

Fonte: Rovaris (2013).

Observa-se na tabela acima que os preços dos terrenos nos bairros estudados possuem valores altamente diferenciados. O Bairro Pio Corrêa apresenta terrenos na zona fiscal 3 que chega a 1.100 milhão e cem de reais, na região da Próspera na zona fiscal 5 pode ser encontrado terrenos a 170 mil reais até 80 mil reais na zona 6 nas proximidades do bairro Brasília. Valores esses realmente fora da realidade quando comparado a tabela da planta genérica de valores imposta pela

prefeitura municipal de Criciúma. Percebe-se que os mesmos não pertencem as zonas fiscais com o metro quadrado mais caro, porém, no caso do bairro Pio Correa a prefeitura não interfere porque pretende manter a alta valorização dos imóveis e fama de nobre. Todavia Carlos (1994) lembra que esse fator aumenta o numero de periferias, já que grande parte da população não pode pagar pelo valor do imóvel.

Na realidade o que acontece nesses bairros é especulação imobiliária com ênfase maior no bairro Pio Corrêa e proximidades conforme visto na tabela 02 pois, ao fazer a multiplicação do metro quadrado do terreno pelo valor atribuído pela planta de valores da prefeitura (tabela 2) vê-se o dobro ou até mais do valor sugerido, o que certifica que os valores atribuídos são impostos pelos proprietários e agentes imobiliários que buscam lucrar com infraestrutura e localização que o bairro compõe.

Tabela 3- Planta Genérica de Valores do Município de Criciúma, SC.

PLANTA GENÉRICA DE VALORES DE CRICIÚMA PARA FINS DE CÁLCULO DO ITBI

| Zona Fiscal | Anos (valor do m2 em reais) | | | | | | | | | | | |
|-------------|-----------------------------|--------|--------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|--|--|--|--|
| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | | | | |
| 1 | 358,8727 | 371,51 | 467,16 | 600,9548 | 751,2175 | 994,0411 | 1053,1865 | 1126,4883 | | | | |
| 2A | 159,6984 | 165,32 | 207,89 | 267,425 | 334,292 | 442,34854 | 468,6683 | 501,2876 | | | | |
| 2B | 120,2223 | 124,45 | 156,5 | 201,3198 | 251,6578 | 333,00364 | 352,8174 | 377,3734 | | | | |
| 3 | 59,2158 | 61,3 | 77,08 | 99,1606 | 123,9547 | 164,02188 | 173,7812 | 185,8764 | | | | |
| 4 | 30,5051 | 31,58 | 39,71 | 51,0828 | 63,8555 | 84,49614 | 89,5237 | 95,7545 | | | | |
| 5 | 23,3276 | 24,15 | 30,37 | 39,0636 | 48,831 | 64,61514 | 68,4597 | 73,2245 | | | | |
| 6 | 16,1499 | 16,72 | 21,02 | 27,044 | 33,8061 | 44,73356 | 47,3952 | 50,6939 | | | | |
| 7 | 7,1777 | 7,43 | 9,34 | 12,0196 | 15,0249 | 19,88158 | 21,0645 | 22,5306 | | | | |
| 8 | 5,3834 | 5,57 | 7,01 | 9,0148 | 11,2689 | 14,91148 | 15,7987 | 16,8983 | | | | |
| 9 | 2,8713 | 2,97 | 3,74 | 4,8081 | 6,0103 | 7,9531 | 8,4263 | 9,0128 | | | | |
| 10 | 1,974 | 2,04 | 2,57 | 3,3057 | 4,1322 | 5,4679 | 5,7932 | 6,1964 | | | | |
| 11 | 22,0627 | 22,84 | 28,72 | 36,9454 | 46,1833 | 61,1154 | 64,7477 | 69,2541 | | | | |
| 12 | 10,7666 | 11,15 | 14,02 | 18,0293 | 22,5374 | 29,82237 | 31,5968 | 33,7959 | | | | |
| 13 | 7,1777 | 7,43 | 9,34 | 12,0196 | 15,0249 | 19,88158 | 21,0645 | 22,5306 | | | | |
| 14 | 2,8713 | 2,97 | 3,74 | 4,8081 | 6,0103 | 7,9531 | 8,4263 | 9,0128 | | | | |
| 15 | 1,974 | 2,04 | 2,57 | 3,3057 | 4,1322 | 5,4679 | 5,7932 | 6,1964 | | | | |
| INCRA | 0,2692 | 0,28 | 0,35 | 0,4508 | 0,5635 | 0,74568 | 0,7900 | 0,8450 | | | | |

Fonte: Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Criciúma.

Tabela 4 - Simulação de valores dos terrenos conforme a Planta Genérica de valores da Prefeitura municipal de Criciúma e os valores atribuídos pelas imobiliárias locais

| Bairros | Zona Fiscal | Valor do ITBI (planta de valores) (m²) | Terreno à venda (m²) | Valor proposto pela imobiliária (R\$) | Valor real segundo ITBI (planta de valores) (R\$) |
|-------------------|-------------|--|----------------------|---------------------------------------|---|
| Pio Corrêa | 3 | 185,8764 | 561,00 | 1.100.000,00 | 104.276,66 |
| | 3 | 185,8764 | 428,35 | 680.000,00 | 79.620,15 |
| | 4 | 95,7545 | 350,19 | 340.000,00 | 33.532,26 |
| Próspera | 5 | 73,2245 | 585, 25 | 170.000,00 | 42.854,33 |
| | 5 | 73,2245 | 426,00 | 130.000,00 | 31.193,63 |
| | 6 | 50,3969 | 380,00 | 106.000,00 | 19.150,82 |
| Brasília | 6 | 22,5306 | 450,00 | 90.000,00 | 10.138,77 |
| | 6 | 22,5306 | 330,03 | 73.400,00 | 7.435,77 |
| | 7 | 16,8983 | 7.528,00 | 280.000,00 | 127.210,40 |

Fonte: Rovaris (2013).

Para se chegar a uma conclusão do preço real do terreno, conforme a tabela acima é preciso multiplicar o valor do metro quadrado sugerido pelo ITBI do terreno, calculo esse que o proprietário juntamente com a imobiliária recusam a se fazer. Os valores dos terrenos são nos exemplos citados acima, mais de 500% do valor real. Na realidade aproveitam da infraestrutura ou da classe social que habita em torno para se beneficiarem a exemplo do bairro Pio Corrêa.

O bairro Pio Corrêa com fama de Vila dos Engenheiros desde tempos da CSN é o bairro na qual o município mais preocupou com a parte de infraestrutura com uma área de 0,62km², corresponde a 0,26% da área total do município. Possui ruas largas e arborizadas, casas de alto padrão, acima de 200 metros quadrados de um a dois pavimentos (FIGURA, 21).

Alguns anos atrás na década de atuação da CSN, as famílias que ali residiam pertenciam a classe social alta, com condições financeiras estáveis. Atualmente a maioria das famílias que residem no bairro pertencem a classe média, porém, ainda são vistos pela sociedades como pessoas bem sucedidas, ricas devido a imagem que a CSN implantou ao Bairro. Em geral os moradores exercem profissões autônomas como médicos, dentistas, empresários, advogados, engenheiros, aposentados entre outros.

O próprio nível da classe social existente no bairro mantém uma infraestrutura invejável aos bairros vizinhos, o que torna-se marcante na paisagem urbana do bairro. A infraestrutura e a própria características das residências difere de todos os bairros de Criciúma.

Figura 17 - Logradouros largos e arborizados.



Fonte: Rovaris (2013).

Início da Rua Guerra Junqueira no Bairro Pio Corrêa localizado na Zona Fiscal 4 onde o valor do m² do terreno varia em torno de R\$ 95,75 . As calçadas possui um mesmo padrão em toda sua extensão, gramado mais piso. Atualmente a rua passou por reparos devido a mudança da rede de esgoto (saneamento básico).

Figura 18 - Rua Guerra Junqueira, bairro Pio Corrêa.



Fonte: Rovaris (2013).

Ruas largas e arborizada com o mesmo sistema de calçadas citadas anteriormente na figura 17. As casas e os lotes são todos cercados e possui uma

organização quanto a limpeza em sua testada. Direção da foto em sentido ao Colégio Marista.

Os moradores do bairro Pio Corrêa procuram preservar o arborismo que encontra-se por toda extensão do bairro. Os terrenos baldios são todos controlados pela prefeitura para manter a ordem e limpeza das ruas do bairro.

Figura 19 - Vegetação arbórea.



Fonte: Rovaris (2013).

A Rua Leo Lombardi no bairro Pio Corrêa possui diversas casas na qual foram construídas em tempos da CSN. Localiza-se na Zona Físcal 4 onde o valor do m² do terreno varia em torno de R\$ 95,75. Uma das únicas ruas lajodas e sem padrão de calçadas do Bairro, sendo que as demais são asfaltadas e possui padrão nas calçadas. Mesma que a rua se difere das demais, todas mantêm o alto padrão de construção. As residências são construída com no mínimo 150 m², segundo o setor de infraestrutura. No bairro podem ser encontradas casas menor que esse padrão, mas são casas antigas antes da exigências municipais. Atualmente no bairro podem ser encontradas casas com arquiteturas modernas.

Figura 20 - Casa com arquitetura contemporânea.



Fonte: Rovaris (2013).

Residência recém construída no Bairro Pio Corrêa rua Moyssés José de Aguiar. Localiza-se na Zona Físcal 4 onde o valor do m² do terreno varia em torno de R\$ 95,75. Os terrenos baldios estão sendo ocupados por casas modernas que seguem o padrão do bairro. Possui calçadas com espaço para plantio de futuras árvores e gramados conforme padrão da rua. Ao caminhar pela rua Moyssés José de Aguiar percebe-se que ainda há terrenos baldios e a maioria das residências foram construídas num período máximo de cinco anos atrás.

Figura 21 - Residências na Rua Leo Lombardi esquina com Guerra Junqueira, bairro Pio Corrêa.



Fonte: Rovaris (2013).

A rua Leo Lombardi localiza-se na Zona fiscal 4, onde o terreno segundo a tabela do ITBI tem o valor de R\$ 95,75 m² do terreno, sendo uma das ruas mais antigas do bairro Pio Corrêa localizada na planície da bacia do rio Criciúma. Os terrenos dessa rua estão quase todos ocupados por residências os poucos terrenos baldios estão sendo ocupados por casas modernas, assim, como o restante dos terrenos do bairro (FIGURA 21). Segundo o novo plano diretor, essa rua foi liberada para instalação de bares sofisticados e comércio locais.

Outras áreas do bairro Pio Corrêa estão sendo ocupadas por residências, são os terrenos próximos ao colégio do SESC e as encostas dos morros limites com o bairro Próspera e Mina Brasil. Essa residências encontram-se próximo ao divisor de d'água, entre as bacias do rio Linha Anta e bacia do rio Criciúma que até pouco tempo não podia ser liberada para construção devida área de preservação.

Figura 22 - Residências próximas a pracinha do bairro Pio Corrêa.



Fonte: Rovaris (2013).

A rua Natal Peruchi é uma das mais recentes ocupadas por residências no bairro Pio Corrêa. localiza-se na Zona fiscal 4, onde o terreno segundo a tabela do ITBI tem o valor de R\$ 95,75 m² do terreno. Situada próximo a Pracinha do SESC, sendo uma parte na planície do bairro e outra parte com ocupações recentes na encosta do morro (FIGURA 22).

A planície desse logradouro segundo os moradores foi ocupada em tempos ainda da CSN. As próprias residências mesmo de alto padrão, apresentam arquitetura retro. Outra rua a Presidente Kennedy, corta a rua Natal Peruchi é privilegiada devido a presença de um espaço para lazer como a pracinha, projetada pela CSN sendo preservada e conservada pela prefeitura.

Figura 23 - Rua Presidente Kennedy , Pracinha do Sesc.



Fonte: Rovaris (2013).

Chamada pelos moradores do bairro Pio Corrêa de pracinha do Sesc por localiza-se próximo a essa escola do SESC. Serve como área de lazer para os moradores, que utilizam para caminhadas, passeios com bicicletas por oferecer ciclofaixa e exercícios de musculação com academia ao ar livre. Para as crianças encontra-se um *playground* e caixinhas de areias. Lugar arborizado e bem iluminado durante as noites.

O bairro Pio Corrêa ferece equipamentos e conforto o que torna-o seus imóveis e terrenos de elevado custo. Os valores dos terrenos são incomparáveis com o bairro Próspera. Enquanto os terrenos do Pio Corrêa variam de 1 milhão à 340 mil reais, na região da Próspera pode ser encontrado entre os valores de 170 mil reais à 80 mil reais. As casas que estão a venda variam em torno de 800mil reais até quase 5 milhões de reais, sendo que podem também ser encontrados apartamentos pequenos por 220 mil reais, devido a sua localização, mais afastado da área residencial aproximando-se mais da área central aos arredores do Colégio Marista.

Dentro do próprio bairro acontece um fato importante as áreas de maior influência de comércio, clínicas e edificações são menos valorizadas em relação a área residencial o que acaba ocasionando em uma segregação dentro do próprio bairro.

Segundo o setor de infraestrutura da prefeitura do município de Criciúma, próximo das clínicas nas ruas José Cechinehl, Felipe Schmidt, José Gaidizinski, Augusto dos Anjos, Antônio de Lucca, Mario Andrade e Élsio Lima, os apartamentos são pequenos e não tem o mesmo valor da parte com casas residenciais, em que é incluso o valor do terreno, pois, se analisar a zona fiscal 1, 3 e 4 na qual está inseridas esses logradouros ve-se que alguns ficam dentro da zona fiscal mais cara que a parte residencial somente de imóveis como casas.

Figura 24 - Rua Augusto dos Anjos. Bairro Pio Corrêa.



Fonte: Rovaris (2013).

Área comercial em torno ao colégio Marista ocorre maior verticalização do bairro Pio Corrêa. localiza-se na Zona fiscal 3, onde o terreno segundo a tabela do ITBI tem o valor de R\$ 187,85 o m². As residências nessas imediações são ocupadas por pessoas de alto poder aquisitivo. Os arruamentos são amplos e arborizados conforme a figura 24. Aos fundos o Morro Cechinel embeleza o bairro, sendo uma das partes mais altas próxima ao centro da cidade de Criciúma.

Figura 25 - Área do Bairro Pio Corrêa permitida para construções de edifícios.



Fonte: Imagem google Earth, desenho Rovaris, 2013.

As áreas permitida para edifícios ficam localizadas entre as Zonas Ficais 1 e 3, onde o valor do m² do terreno varia em torno de R\$ 1.126,48 à 187, 85. Segundo o novo Plano Diretor do município de Criciúma o bairro Pio Corrêa pertence a três zonas diferentes no mapa de Ortoga Onorosa direito de construir e da alteração do uso do solo. As zonas são a ZM – Zona Mista, direito de construção de residências, edifícios e comércio local, ZR- Zona Residencial, ZC – Zona Central e Z EIP – Zona de interesse de preservação, ou seja, para construção ou alterações de imóveis o proprietário deve fazer um levantamento com o setor de infraestrutura da prefeitura, já que a área do bairro é compostas por zonas diferenciadas e pode construir edifícios somente até 4 pavimentos (FIGURA 25).

As casas devem ter certos padrões como o tamanho do metro quadrado não pode ter comércios atacadistas. Podendo somente ter pequenos comércios que atenda a população local, clínicas ou bares sofisticados.

Ao contrário do bairro Pio Corrêa o bairro Próspera foi projetado para servir os operários braçais da antiga CSN. No entanto que ficou conhecida como Vila dos Operários, com a infraestrutura irregular. Possui ruas asphaltadas, calçadas ou de chão batido, as casas são de padrões variados, algumas ainda construídas em tempos da CSN conforme a figura 25.

Figura 26 - Rua São Paulo, bairro Próspera.



Fonte: Rovaris (2013).

A figura 26 Localiza-se na Zona fiscal 5, o m² do terreno varia em torno R\$ 73,22. Na rua São Paulo encontra-se antigas casas construídas pela CSN. As fachadas das casas e a rua passaram por alterações durante os últimos anos. As casas já não estão todas com o mesmo recuo de quando foram construídas alguns puxaram áreas para frente ou para o lado, assim como alterações nos telhados. A CSN também construiu outras casas mitas, tijolos e madeiras que são visíveis na paisagem do bairro Próspera, devido preservação dos moradores (FIGURA 26).

Figura 27 - Casas mistas construídas pela CSN na década de 60, localizada na Rua Paraná, bairro Próspera.



Fonte: Rovaris (2013).

Na rua Rio Grande do Norte no bairro Próspera as residências continuam as mesmas do tempo da CSN, não se vê mudanças, modernidade. A população conserva o que um dia conseguiu comprar com seu salário. Visto que anterior a sua compra muitos moradores moravam de favores, pois, as casas eram da Carbonífera e somente funcionário tinham direito a moradia (FIGURA 26). Essas residências localizam-se na parte central do bairro pertencendo a Zona Fiscal 5, onde o valor do m² do terreno varia em torno \$ 73,22 (FIGURA 27).

Ao conversar com os moradores a respeito da classe social e a profissão dos moradores, percebe-se que a maioria pertencem a classe média e baixa, muitos são funcionários de empresas, aposentados, autônomos, empresário de pequenos negócios ou funcionários públicos. A maioria da população mais antiga do bairro não tem ensino médio completo e são assalariados. As pessoas com melhores condições de vida do bairro possuem alguma graduação e moram nos logradouros próximos ao bairro Pio Corrêa. Essa que foi produzida a partir da década de 1990 logo após a privatização da empresa, percebe-se pela estrutura das casas e ocupação da área através das fotos aéreas (FIGURA 28).

Figura 28 Melhor logradouro e residências localizados no bairro Próspera, rua Inconfidência.



Fonte: Rovaris (2013).

A rua Inconfidência localiza-se próximo ao bairro Pio Corrêa sendo uma das áreas do bairro ocupadas somente depois da venda dos terrenos pela CSN. A Ruas é asfaltada, arborizada e com casas contruídas rescentemente. Conforme o mapa de Zona Físcal esse logradouro pertence a Zona 6, onde o m² do terreno varia em torno de R\$ 50,69.

Conforme dados obtidos na prefeitura algumas áreas do bairro Próspera são restritas para construções acima de 2, 4 e 6 pavimentos, porém, sem restrições para comércios. As casas para venda segundo dados repassados pelas imobiliárias variam em torno de 170 mil reais a 500 mil reais, sendo os valores mais altos próximo ao bairro Pio Corrêa em torno de 380 mil a 500 mil reais.

No bairro também, há creches municipais, escolas estaduais, *shopping center*, comércios varejistas, indústrias, igreja, estádio de futebol, hotéis, posto de saúde e duas praças. As praças localizavam-se a caixas de embarque de carvão a praça do trabalhador, situa-se ao lado da atual igreja Nossa Senhora da Salete e a outra, a praça da chaminé devido a permancencia do chaminé da siderúgica. Esta última tornou-se patrimônio público e atualmente próximo a ela foi construído o Parque das

Nações o que levou ao aumento da movimentação de pessoas naquela região, principalmente por localizar-se próximo ao *Shopping Center* Criciúma.

Outro diferencial é que no bairro há circulação de ônibus, tanto municipal quanto inter-municipal, com isso a movimentação de pessoas de outras cidades o que não acontece no bairro Pio Corrêa.

Figura 29- Parada de ônibus intermunicipal e municipal na Praça da Chaminé, no bairro Próspera localizado na Rua General Pinto da Veiga.



Fonte: Rovaris (2013).

Observa-se que no bairro Próspera está aumentando o número de edificações de grande porte, isso faz com que daqui alguns anos dobre a população naquele bairro. Segundo os corretores de imóveis a vinda dessas construções dará oportunidade de comprar imóvel no bairro com preço mais acessível, pois, os terrenos são mais valorizados e como se trata de edificação são maiores os números de imóveis em um único terreno.

Outro detalhe é que o bairro é cortado pela avenida Centenário e dessa forma os terrenos mais próximos sofrem especulação imobiliária.

Figura 30 -Verticalização no bairro Próspera.



Fonte: Rovaris (2013).

Aos fundos da figura 30 dois grandes empreendimentos de construtoras locais, que estão investindo no bairro Próspera devido a diversificação de comércio e proximidades com avenida centenário, sendo essa o principal eixo de ligação ao centro da cidade e municípios vizinhos.

O bairro Brasília assim como o bairro Próspera foram projetado à época da CSN, para abrigar a grande parte da população trabalhadora, operários braçais, porém, sem investimento em infraestrutura. O surgimento de novas indústrias na área do bairro preservou as características estabelecidas em tempos de atuação da carbonífera o que faz a semelhança entre os bairros Brasília e Próspera serem muitos evidentes, se houver os nomes das ruas no início de cada logradouro não tem como identificar o bairro.

Quando comparado aos valores dos imóveis e terrenos localizados no bairro Brasília com o bairro Próspera percebe-se uma grande diferença. O bairro Próspera apresenta melhores localizações, fácil acesso aos comércios central, é cortado pela avenida centenário o que acaba valorizando seus terrenos ou imóveis. Já o bairro Brasília acaba se tornando mais afastado, o que exige do mesmo diversificação de comércios e indústrias. No bairro pode ser encontrado supermercados, indústrias cerâmicas e plásticas, metalúrgicas, serviços de bancos ofertados pela lotérica, restaurantes, comércio em geral, escola municipal, creches e delegacia.

Segundos os moradores do bairro a maioria população é de classe média a baixa, em sua maioria comerciantes, aposentados e funcionários de diversas empresas.

O Bairro é bem diversificado quanto as moradias, não tem um padrão e nem exigências da prefeitura quanto o m² à construir.

Figura 31 - Rua Arthur Linemburger, bairro Brasília.



Fonte: Rovaris (2013).

No bairro Brasília observa-se em muitas ruas segregações residenciais na mesma e rua. As calçadas irregulares, os terrenos baldios sem conservação de limpeza tanto por partes dos proprietários do terreno quando da Prefeitura nas vias. A rua é lajotada em toda sua extensão (FIGURA 31) .

De acordo com análise do mapa da Zona Físcal a rua Arthur Linemburger pertence a Zona fiscal 6 com o valor do m² em torno de R\$ 22,53.

Figura 32 - Supermercado Manenti localizado na Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, no bairro Brasília



Fonte: Rovaris (2013).

O Local em torno ao supermercado Manenti é composto por vários comércios, o que ocasiona constantes circulações de automóveis e pessoas durante todos os dias. Enfrente ao supermercado as rodovias dão acessos a BR 101 e outros município vizinhos.

Atualmente com a vinda de novas indústrias e do IFSC nas proximidades do bairro a demanda por habitações está aumentando. E sabendo disso as construtoras locais passaram a comprar terrenos no bairro para construção de condomínios populares minha Casa minha Vida, no qual proporcionará lucro a construtora e moradias baratas para quem necessita trabalhar ou estudar próximo ao bairro.

Neste caso percebe-se que o espaço é produzido e reproduzido conforme o interesses capitalistas. Segundo Sposito (1998) o estado se torna responsável por uma parcela dessa (re) produção do espaço, quando aprova os projetos em áreas de interesses de reprodução do capital, principalmente quando se trata de complexos habitacionais de baixos valores. Essa forma capitalista de (re) produzir o espaço acaba segregando-o (CARLOS 1994).

Figura 33 - Residencial Ulha Cap



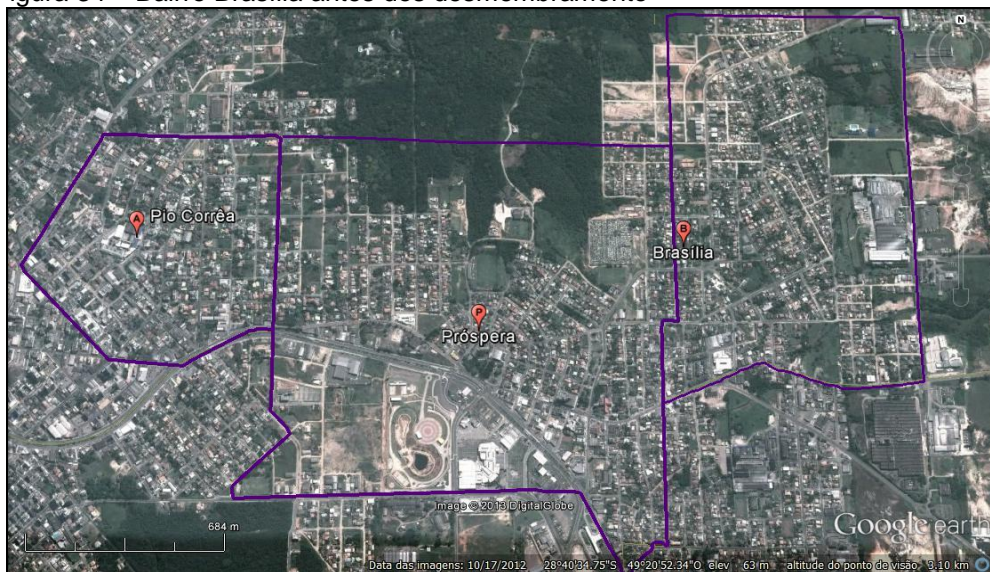
Fonte: Rovaris (2013).

No bairro já foram construídos edifícios para famílias de baixa renda um exemplo é o residencial Ulha Cap localizado na Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, Bairro Brasília. Construído pelo município de Criciúma no final da década de 1970 para população mais carente que vinha trabalhar na mineração ou nas indústrias que se instalavam próximo ao bairro. O município construiu afim de segurar o crescimento econômico que a região leste havia proporcionado ao município (FIGURA 33).

Devido ao crescimento urbano nessa região em 2003 a Lei Municipal 4.485 desmembra do bairro Brasília parte de seu território e cria o Bairro Argentina. Conforme informações do setor de infraestrutura, o desmembramento do bairro foi melhor para ambos os bairros, já que a prefeitura passa ter, melhor controle e passa investir na infraestrutura. Porém, observa-se que o bairro Argentina localiza-se no interior da região da Próspera e não possui boa infraestrutura o que faz de suas terras menos valorizadas.

Na figura 34 o bairro Brasília possuía um vasto território com áreas urbanizadas e outra parte reservada para instalação industrial. Os arruamentos não seguem uma sequência, a própria ocupação urbana provocada em tempos da CSN, foram os fatores desses desvios das ruas. As figuras a seguir demonstram o desmembramento do Bairro Brasília.

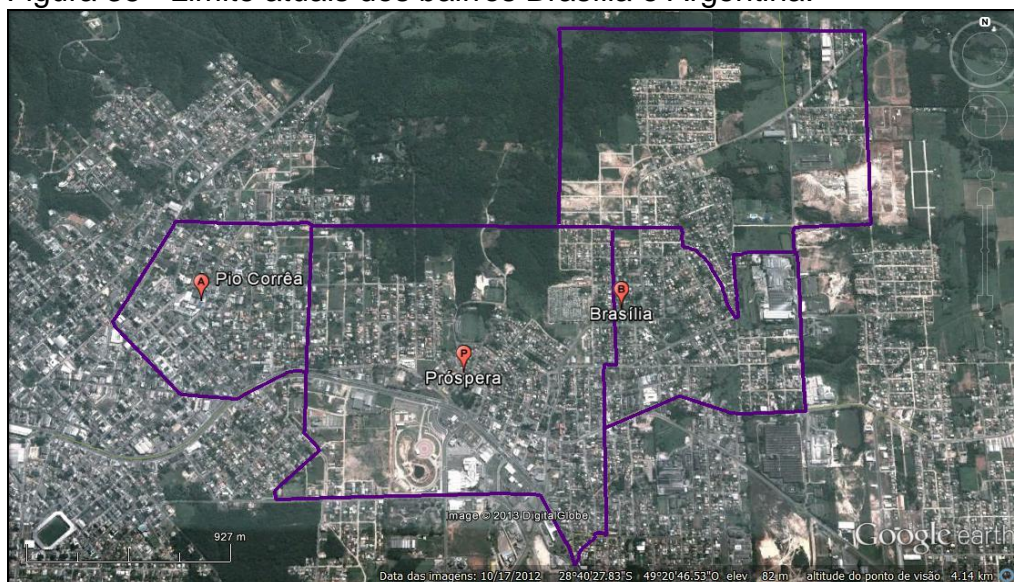
Figura 34 – Bairro Brasília antes dos desmembramento



Fonte: Google Earth (2013).

A maior parte do bairro Brasília está situado na planície sendo a área industrial em partes das encostas. Nesta região encontra-se a Imbralit primeira indústria a se instalar na região da Próspera em tempos ainda de atuação da CSN.

Figura 35 - Limite atuais dos bairros Brasília e Argentina.



Fonte: Google Earth (2013).

Comparado a figura 34 o bairro Brasília perdeu grande parte do seu território e conforme a foto aérea de 1978 as ruas desmembradas foram uma das primeiras ocupadas quando a CSN atuava no bairro.

Postos todas essas informações sobre a evolução urbana da Região da Próspera fica clara a influência da CSN como proprietária dos meios de produção na transformações urbanas no setor leste da cidade de Criciúma. Percebe-se que os bairros mantiveram a mesma organização e separação proposta pelas Indústrias. De acordo com Carlos (1994) onde há presença da industrialização com certeza terá influência no espaço geográfico e na transformação da paisagem urbana. Santos (2008) ressalta ainda que a paisagem urbana é a primeira que sente as consequências com a industrialização, já que segregações sócio espaciais vão surgindo, as classes sociais passarão a ser diferenciadas e nesse momento vê-se diferenciação no espaço urbano.

A segregação causada pela indústria Carbonífera CSN e sua subsidiária nos Bairros Próspera, Brasília e Pio Corrêa prevalece até os dias atuais, os bairros na qual fizeram parte da vila operaria Próspera continuam sendo mais acessíveis a população simples trabalhadora enquanto a Vila dos Engenheiros é para poucos, sua estrutura e fama de bairro nobre faz gerar especulações imobiliárias e mais considerações por parte do município que segura o bairro como residencial e de alto padrão conforme visto no novo plano diretor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é composta por agentes sociais responsáveis pela produção e reprodução do seu espaço onde atualmente os proprietários do meio de produção são os maiores responsáveis por essas transformações. Sabe-se que a partir do momento que o agente proprietário do meio de produção produz o espaço ao seu redor, o mesmo abre portas para que outros agentes possam dar continuidade a essa produção/reprodução do espaço.

No caso da cidade de Criciúma a indústria carbonífera foi a responsável pela produção do espaço urbano assim como o crescimento econômico da Região da Próspera, a leste da área central da cidade inicialmente com a oferta de mão-de-obra, o que propiciou a vinda de pessoas de outras regiões motivadas pela busca de uma melhor qualidade de vida.

Fato mais notável dessa ação como agente produtor do espaço foi a indústria oferecer moradias e organizar o espaço urbano através do projeto de duas vilas de classes sociais diferentes: a Vila Operária Próspera e a Vila dos Engenheiros, como origens dos atuais bairros Próspera, Brasília e Pio Corrêa, respectivamente, sendo o terceiro um dos bairros com o metro quadrado mais caro.

Tal ação torna a indústria carbonífera agente produtor e reproduzidor do espaço urbano na região leste do município e indutor de uma segregação sócio-espacial. Essa divisão de classes sociais provocada despertou mais tarde e ainda desperta o interesse de novos agentes sociais que se somam as ações do governo municipal no sentido de assegurar o crescimento econômico e urbano. Exemplo de tal ação foi a construção da Avenida Centenário que estimulou a vinda de novos empreendimentos industriais naquela região.

Deste modo a região leste do município tornou-se foco de emprego e renda com o acréscimo de terrenos urbanos para moradia e investimentos comerciais. O espaço urbano tornou-se palco atrativo nas mãos de representantes do capital. O maior interesse é sobre os terrenos urbanos de maior valor para o poder aquisitivo mas também com a localização infraestrutura no espaço urbano.

Com o desmonte da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e sua subsidiária Próspera no início dos anos 1990 os imóveis e principalmente os terrenos foram todos vendidos. A área leste crescia rapidamente, porém, observava-se que o no Bairro Pio Corrêa somente a classe social com maior poder aquisitivo adquiria os

terrenos, enquanto os bairros Próspera e Brasília na sua parte interior com terrenos à preços acessíveis eram ocupados rapidamente pela classe social de baixa renda. Todavia, percebe-se que não somente os terrenos do bairro Pio Corrêa sofre especulação imobiliária, mas todo espaço urbano da parte ao leste do centro de Criciúma devido as influências industriais e comerciais atualmente na área desses bairros.

Diante todas essas constatações fica claro que a paisagem urbana é organizada conforme interesses dos seus agentes sociais na busca pela reprodução do capital atuando como uma motor na valorização do espaço urbano e na segregação sócioespacial.

E por fim, cabe ressaltar que todo material levantado na produção desse trabalho contribuirá para uma análise mais ampla a respeito das modificações constantes no espaço urbano da região leste da área central do Município de Criciúma, SC.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ismael Gonçalves. **O projeto moralizador das famílias mineiras na Vila Operária Próspera – Criciúma**. 2007, 8 p. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0233.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- BALTHAZAR, Luíz Fernando. **Criciúma – memória e Vida Urbana**. Florianópolis, SC: UFSC, 2001, fls.186.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Rio de Janeiro: CELA, 2003.109 p.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. 2ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 444.
- BORTOLO, Carlos Alexandre. **A produção de um espaço Público e os agentes produtores da cidade: o caso do lago Igapó em Londrina**. Universidade Estadual de Maringá, 24 fls. Disponível em: <www.geoueruj.br/ojs>. Acesso em: 12 nov. 2012.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p.400.
- CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001, 143 p.
- CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1989, 70 p.
- _____. **Espaço e indústria**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1992, 70 p.
- _____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. 123 p.
- _____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994, 270 p.
- CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997. 262 p.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003. 303 p.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008. 190 p.
- CAMARA, de vereadores da Prefeitura Municipal de Criciúma. **Leis complementares Municipais** Disponível em: <http://camara.virtualiza.net/conteudo_detalhe.php?id=755&tipo=l&criterio=>>. Acesso em: 03 maio 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995, 94 p.

_____. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000 p.95.

CORRÊA, Vanesca Cabral. **Quanto mais próximos mais distantes**. A Segregação urbana na grande Florianópolis no município de São José: o caso Vila Dane e bosque das mansões. Florianópolis, SC: UDESC, 2005. 45p. Disponível em: <<http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/0000000000002/000002DB.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

COSTA, Everaldo Batista da. **Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologia**. Belo Horizonte: BH. 2011. 16 fls. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9601/1/Artigo_EveraldoCosta_SIMPURB_2011.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2013.

DIAS, Adalberto A. **Geologia do município de Criciúma, SC**. Porto Alegre: CPRM, 1995. 13 p.

DIAS, Adriano de Oliveira. **Degradação ambiental da bacia do alto vale do rio Linha Anta - Criciúma/SC no período de 1950 a 2007**. Criciúma, SC: UNESC, 2008. 94 p. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000037/000037F7.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

FLOR, Mayk Sander. **A Gênese de uma favela**. Criciúma: Unesc, 2008. p. 42.

GODOY, Paulo. **Uma reflexão sobre a produção do espaço**. São Paulo: UNESP 132 p. Disponível em: <www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/.../23...> Acesso em: 18 set. 2012.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2002. 500 p.

_____. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2004. 248 p.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAIS, Fábio Farias de. **Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense**. Florianópolis: Cidade futura, 2002. 267 p.

GOMES, Horieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. 74 p.

HENRIQUES, David. **História Econômica dos séc. XIX e XX**. F.E.U.N.L. 70 fls. Disponível em: <http://dthenriques.orgfree.com/Historia_secXIX_XX.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2013.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital - 1848-1875**. 5 ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996. p. 459.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420460#>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

IPAT. **Insumos para revisão Plano Diretor do Município de Criciúma, SC**. Criciúma, SC: Unesc, 2007. 235 p.

ISOPPO, Keity Kristiny Vieira. **Gênese e Evolução da Indústria Cerâmica na Região de Criciúma – SC**. Florianópolis: 2009. 243 p. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92778/275839.pdf?sequence=1>>. Acesso: 24 maio 2013.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1990. p.74.

LEI COMPLEMENTAR DE SC 2012. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/fmanager/spg/projetos_gerencia/arquivo467_1.pdf>. Acesso em : 04 abr. 2013.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo**. nº 24, 2008. p. 109 – 123 Disponível em: <<http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/ArtigoSandra.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

LIMA, Marli Secchi de. **Morfologia urbana e qualidade de vida na cidade de Assis Chateaubriand/PR**. Maringá. p. 187. Disponível em: <<http://www.pge.uem.br/teses/pdf/mslima.pdf>>. Acesso em: 02 abri. 2013.

MENDONÇA, Tibério. **A Urbanização sob o Capitalismo e seus problemas**. UVA- Universidade Estadual do Vale de Acaraú. 10 fls. Disponível em: <<http://www.tiberiogeio.com.br/texto/TextoUvaUrbanizacaoCapitalismoProblemas.pdf>>. Acesso em : 01/04/2013.

MILIOLI, Geraldo; SANTOS, Robson dos; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. **Mineração de carvão, meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Sul de Santa Catarina: uma abordagem interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009. 316 p.

MIOTO. Beatriz Tamaso. **A rede urbana de Santa Catarina no período da concentração Industrial do Brasil (1930 – 1970)**. UNICAMP. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20regional%20%20urbana/A%20REDE%20URBANA%20DE%20SANTA%20CATARINA%20NO%20OPER%20C3%8DODO%20DA%20CONCENTRA%20C3%87%20C3%83O.pdf>. Acesso em: 01 abri. 2013.

MONTIBELLER, Gilberto Filho; CORREIO, Joelia Walter Sizenando. **Mineração e Espacialidade: Sociedade, Espaço e Ambiente na Evolução da Economia Carbonífera de Criciúma/SC**. São Paulo. 2012, 118 p. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.../284>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

MORETTI, Francisco. **Análise e reflexão a respeito do Bairro Próspera – Criciúma, SC.** São Paulo: FIJ – Faculdade Integrada de Jacarepaguá. 2008. 17 p.

NICOLADELLI, Tayse Borghezán. **Centralidade e verticalização:** estudo da valorização da área central da cidade de Orleans/SC. Criciúma, 2011. 76 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

NUNES, Izidro Tomaz. **A Br-101 e a migração para o litoral em Santa Catarina.** Florianópolis, SC. 2008 78 fls. Disponível em:
<<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293366>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PELUSO JUNIOR, Victor A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1991. 396 p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade:** história e desafios. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2002 p.295.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. **Novo Plano Diretor Participativo de Criciúma, SC 2012.** Disponível em:
http://www.criciuma.sc.gov.br/site/sistema/infraestrutura/novo_plano_diretor-9.

ROCHA, Altemar Amaral. **A produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades brasileiras.** UNEB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Sp. 2010. 8fls. Disponível em:
<http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo7/7b.pdf>. Acesso: 24 mar. 2013.

ROSA, Lucas Cechinel da. **O processo de verticalização e evolução demográfica de um setor censitário do centro de Criciúma/SC.** Criciúma, 2011. 74 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, 2011.

SANTOS, Cintia Pereira dos. **Sobre a Produção do Espaço Urbano e o Processo de Verticalização no Brasil:** algumas considerações. São Paulo: UNESP. 2011. 175 fls. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/012009/ensaio1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SANTOS, Milton. **Ensaio de geografia contemporânea.** Obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996, 384 p.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 386 p.

_____. **A urbanização Brasileira.** 4 ed. São Paulo: Hucitec. 1998, 174 p.

_____. **A natureza do espaço:** técnicas e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002, 386 p.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais.** In: Centro de educação, aberta, continuada a distância. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD, n. 04, 1999. p.95 – 110.

SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralização autoritário.** São Paulo: Nobel, 1991, 172 p.

SILVA, Kássia Nunes. **Da resenha do Livro:** Planejamento Urbano e Ativismos Sociais. Uberlândia, MG, 2009. p.125 -135 Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/Planejamento_Urbano_e_Ativismos_Sociais.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SILVEIRA, R. L. L. da. **Cidade, corporação e periferia urbana:** acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 23 – 56.

SOSTIZZO, Ivo. **A questão urbana de Santa Catarina.** In: PEREIRA, E.M.; DIAS, L.C.D> (ORG). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011. p. 223 – 269.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade:** uma crítica ao planejamento e a gestão urbanos. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. 78 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: Ed. UNESP, 2004. P.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. 80 p.

TAGLIANI, Taiana Pitrez. **Território e segregação socioespacial.** RS: UFRGS, 2008. 7 p. Disponível em: <<http://gpitufrgs.files.wordpress.com/2011/04/tagliani-taiana-territc3b3rio-e-segregac3a7c3a3o-socioespacial.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

VIEIRA, Jorge Luiz. **Os projetos nova Próspera e Mina 4 na configuração espacial da grande Próspera, Criciúma/SC.** Criciúma, Unesc, 2001, 226 p.

WARMELING, Angeleide. **A Indústria como agente à urbanização e a produção no espaço da cidade de São Ludgero, SC. Criciúma.** 2011. 60 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

ANEXOS

ANEXO A – LEI ORDINÁRIA DE CRICIÚMA – SC Nº 790/1970

14/06/13

Lei Ordinária de Criciúma/SC, nº 790/1970 de 02/10/1970

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 790/1970.

DENOMINA O BAIRRO PIO CORRÊA.

Nelson Alexandrino, Prefeito Municipal de Criciúma; Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se Bairro Pio Corrêa, a localizada já conhecida por esse nome, partindo da Rua Felipe Schmidt, seguindo pela Rua Marcos Rovaris, até encontrar o Posto de Gasolina "Ipiranga", nas imediações da antiga Caixa de Embarque de Carvão, pelo lado esquerdo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Criciúma, 02 de outubro de 1970.

NELSON ALEXANDRINO
Prefeito Municipal

www.leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria/1970/79/790/lei-ordinaria-n-790-1970-denomina-o-bairro-pio-correa-1970-10-02.html

Fonte: www.leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria-n790-1970-denomina-o-bairro-pio-correa-1970-10-02.html.

ANEXO B - LEI ORDINÁRIA DE CRICIÚMA – SC nº 4603/2003

14/06/13

Lei Ordinária de Criciúma/SC, nº 4603/2003 de 22/12/2003

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 4603, de 22 de Dezembro de 2003.

cria Bairro Argentina e altera os limites dos bairros São Simão e Brasília e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRICIÚMA, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

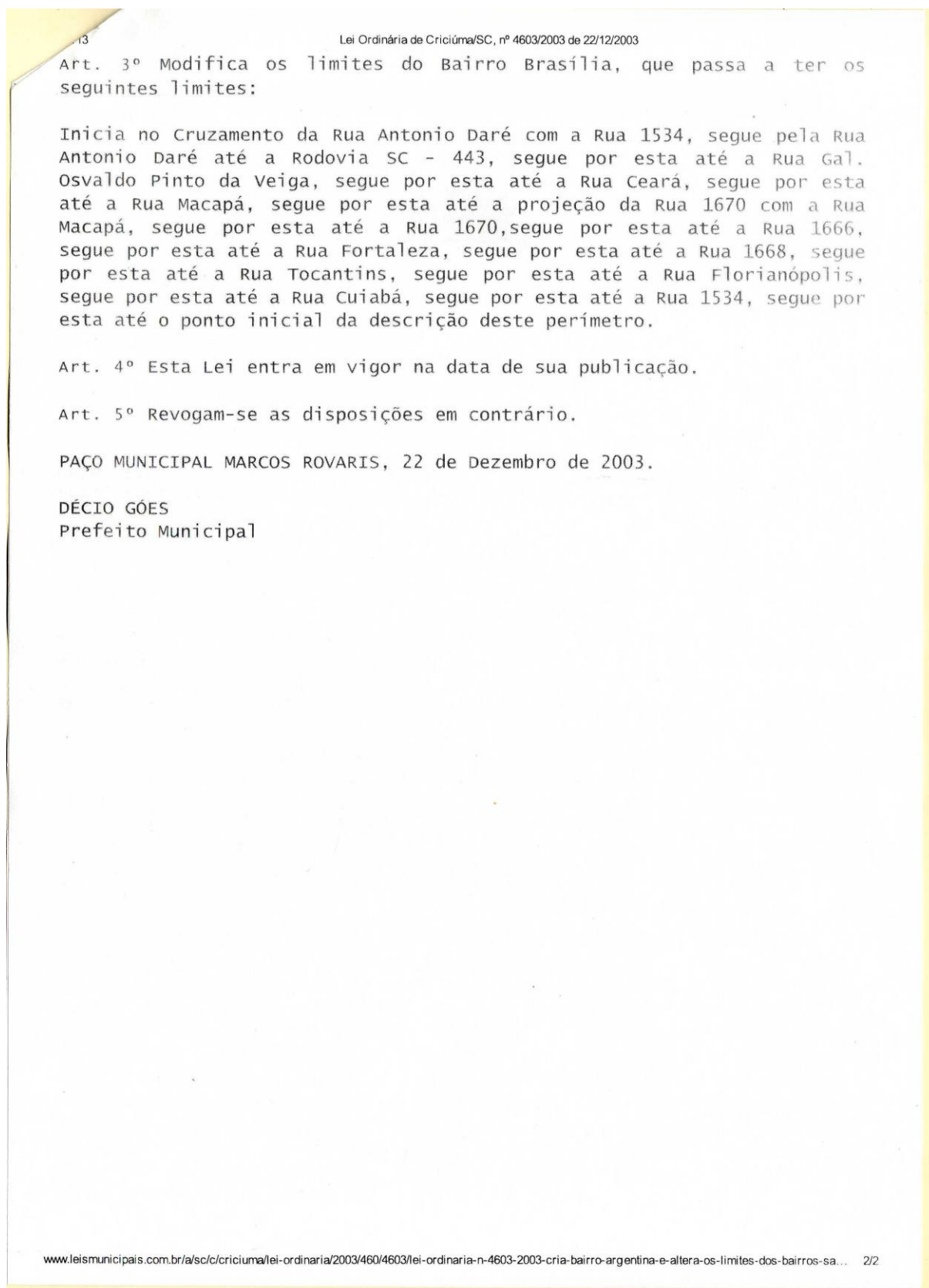
Art. 1º Fica criado o Bairro Argentina, neste Município, com os limites abaixo descritos:

Início no entrocamento da Rodovia Leonardo Bialecki com o prolongamento da Rua Francisco Budny, segue por esta até encontrar o prolongamento da Rua Marcio Martins da Silva, segue por esta até encontrar a Rua Antonio Daré, segue por esta até a Rua 1534, segue por esta até a Rua Cuiabá, segue por esta até a Rua Florianópolis, segue por esta até a Rua 1666, segue por esta até a Rua 1670, segue por esta até o seu final prolongando-o por aproximadamente 300 metros, daí toma-se uma linha de 90º com esta no sentido Leste até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Modifica os limites do Bairro São Simão, que passa a ter os seguintes limites: Inicia no cruzamento das Rodovia SC - 446 com o limite Criciúma / Morro da Fumaça, segue pela linha divisória do Município até encontrar uma linha que coincide com o prolongamento da Rua Antonio Daré, segue por esta linha até encontrar o limite do Bairro Argentina segue por este limite até encontrar o seu final prolongando-o até encontrar a Rodovia SC - 446, neste ponto toma-se uma linha formando o ângulo de 40º com a Rodovia e segue por esta até encontrar a Avenida Aristides Bolan, segue por esta por aproximadamente 380 m, neste ponto toma-se uma linha formando o ângulo de 60º com esta linha até encontrar o limite com o Município de Morro da Fumaça, segue por este limite até o ponto inicial da descrição deste perímetro.

Fonte: www.leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria-n-4603-2003-cria-bairro-argen-altera-os-limites-dos-bairros-sa.html.

ANEXO C - LEI ORDINÁRIA DE CRICIÚMA – SC nº 4603/2003



Lei Ordinária de Criciúma/SC, nº 4603/2003 de 22/12/2003

Art. 3º Modifica os limites do Bairro Brasília, que passa a ter os seguintes limites:

Inicia no Cruzamento da Rua Antonio Daré com a Rua 1534, segue pela Rua Antonio Daré até a Rodovia SC - 443, segue por esta até a Rua Gal. Osvaldo Pinto da Veiga, segue por esta até a Rua Ceará, segue por esta até a Rua Macapá, segue por esta até a projeção da Rua 1670 com a Rua Macapá, segue por esta até a Rua 1670, segue por esta até a Rua 1666, segue por esta até a Rua Fortaleza, segue por esta até a Rua 1668, segue por esta até a Rua Tocantins, segue por esta até a Rua Florianópolis, segue por esta até a Rua Cuiabá, segue por esta até a Rua 1534, segue por esta até o ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL MARCOS ROVARIS, 22 de Dezembro de 2003.

DÉCIO GÓES
Prefeito Municipal

Fonte: www.leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria-n-4603-2003-cria-bairro-argentina-e-altera-os-limites-dos-bairros-sa.html.

ANEXO D - LEI ORDINÁRIA DE CRICIÚMA – SC nº 1064/1974

Lei Ordinária consolidada de Criciúma/SC, nº 1064/1974 de 20/02/1974

21- Bairro Cruzeiro do Sul

22- Bairro São José

23- Bairro Michel

Art. 2º - Fica alterada a redação da Lei nº 851, de 02.12.71, a qual passará a ser a seguinte:

"Art. 2º - Os limites dos Bairros criados por esta Lei, cuja base territorial não for determinada, serão ficadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo, através da Secretaria de Obras e Viação, no prazo máximo de 60 dias, a contar da publicação da presente Lei."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Criciúma, em 20 de fevereiro de 1974.

ALGEMIRO MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

ANTONIO STEINER
Secretário de Administração

Fonte: www.leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria/1974/1064-1974-altera-denominações-e-outros-bairros-1989-12-21.html.

ANEXO E - LEI ORDINÁRIA DE CRICIÚMA – SC nº 2435/1989



Prefeitura Municipal de Criciúma

L E I Nº 2.435 de 21 de dezembro de 1989

Altera disposições do Código Tributário no Município de Criciúma, contidas na Lei nº 2.044 de 29.11.84.

Eu, ALTAIR GUIDI, Prefeito Municipal de Criciúma, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - A Lei nº 2.044, de 29.11.84, (Código Tributário Municipal), fica alterada, no que couber, pela presente Lei, segundo as disposições seguintes, que se incluem na Consolidação das Leis Tributárias.

Art. 2º - Os Artigos 205, 206, 236 e Inciso I do Artigo 237 passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 205 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do terreno, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir previstas:

a) sem muro ou sem passeio calçado: 5% (cinco por cento) para as zonas tributárias 1 (um), 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) quando em vias pavimentadas.

b) nos demais casos 3% (três por cento).

Artigo 206 - Para os terrenos não edificadas e localizados nas zonas tributárias 1 (um), 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro) será aplicada a alíquota adicional de 2,5% (dois e meio por cento).

Parágrafo Único - Para os imóveis mencionados acima, a partir de 1991, será aplicado mais 1% (um por cento) na alíquota existente até atingir 10% (dez por cento).

Artigo 236 - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel construído, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir previstas:

a) sem muro, ou sem passeio calçado 3,5% (três e meio por cento) para as zonas tributárias 1 (um), 2 (dois), 3 (três) e 4 (quatro), em vias pavimentadas.

b) nos demais casos 1,5% (um e meio por cento).

Artigo 237 -

I - Para o terreno, na forma do disposto no artigo 207, aplicando-se um redutor de 50% sobre o valor venal apurado, quando contiver edificação destinada para fins exclusivamente residencial.

ANEXO F – TABELA DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL.

Anexo 10: Tabela dos Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo Municipal

| ÁREAS, SELORES e ZONAS | USOS | | | OCUPAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|---|---|---------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Permitido | Restrito(a) | Proibido | Índice de Aproveitamento - IA | Índice de Ocupação - IO (%) | Taxa de Infiltração - TI (%) | Teste de Infiltração - (m) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) | Índice de Ocupação - IO (%) |
| Z-APA | -preservação e recuperação ambiental; -pesquisa científica. | -HU; -HCH; -CSV; -C3 ^(a) ; -C4; -educação ambiental. | -Todos demais Usos. | 0,10 | 0,25 | 5 ^(a2) | 15 ^(a3) | 90 | 70 | 25,00 | 2.000 | 10.000 | 2 | 4,00 | - | H/4 ≥ 1,50 | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ZR 1-2 | -HU; -HCH; -HCV; -C1; -C2 ^(a3) ; -CSV ^(b10) . | -C2 ^(a3) ; -I1. | -Todos demais Usos. | 1,00 | - | 50 | - | 25 | 20 ^(a1) | 12,00 | 360 | 10.000 ^(a4) | 2 | 4,00 | - | H/4 ≥ 1,50 | | |
| ZR 2-4 | -HU; -HCH; -HCV; -C1; -C2 ^(a3) ; -CSV ^(b10) . | -I1; -CSV ^(a) ; -I1. | -Todos demais Usos. | 1,00 | - | 50 | 50 ^(a) | 25 | 20 ^(a1) | 12,00 | 360 | 10.000 ^(a4) | 4 | 4,00 | - | H/4 ≥ 1,50 | | |
| ZR 3-8 | -HU; -HCH; -HCV; -CSV ^(b10) ; -CSV ^(a) . | -I1; -C1; -C2 ^(a3) ; -C4 ^(b) ; -CSE ^(b5) . | -Todos demais Usos. | 2,00 | 3,00 ^(b12) | 60 | 70 emb.; 60 torre | 25 | 20 ^(a1) | 12,00 | 360 | 10.000 ^(a4) | 8+2 ^(b) | 4,00 | ≥ 1,50 p/H ≤ 6,5 | H/5 ≥ 1,50 | | |

Parte integrante do Lei Complementar nº 095 de 28/12/2012

Porte integrante da Lei Complementar nº 095 de 28/12/2012

ANEXO H – TABELA DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL.

| ÁREAS, SETORES e ZONAS | USOS | | | OCUPAÇÃO | | | | | | | | | | RECUO | | Afastamento - A | | | | |
|------------------------------|---|-------------------------|---------------------|---|------------|------|---------------------------------------|------|--------|--|------|------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------|---------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--|
| | Permitido | Parcialmente | Proibido | Índice de aproveitamento - I _a | Mín. | Máx. | Taxa de ocupação - I _o (%) | Mín. | Máx. | Taxa de implantação - I _i (%) | Mín. | Máx. | Área Mínima (m ²) | Área Máx. (m ²) | Núm. Máx. de Pav. | Recuo Frontal (m) | Emprego de concreto (m ³) | Área Máx. (m ²) | Área Máx. (m ²) | |
| ZC 1-4 | -HU; -HCH; -HCV; -In; -C1; -C2(2a); -C3(1a); -CSV(2a); -CSS(2a); | -C2(1a); -C4; -CSE(1a); | -Todos demais Usos. | 3,00 | - | - | 75(1)(2) | 25 | 15(41) | 12,00 | 360 | 10,000(43) | 4 | s/ afast. terr. | s/ afast.p/ H/5 ≥ 1,50 | | | | | |
| ZC 2-16 | -HU; -HCV; -In; -C1; -C2(2a); -CSV(1a); -CSS(1a); | -HCH; -C4; -CSE(1a); | -Todos demais Usos. | 3,50 | 4,00(1)(2) | - | E=75(1)(2)(41); T=60 | 25 | 20(41) | 12,00 | 360 | 10,000(43) | 16 | 2,00 | s/ afast.p/ H/5 ≥ 1,50 | | | | | |
| ZC 3-8 | -HU; -HCV; -In; -C1(2a); -C2(2a); -C3(1a); -CSV(2a); -CSS(2a); | -HCH; -C4; -CSE(1a); | -Todos demais Usos. | 3,00 | - | - | E=70(41); T=50 | 25 | 20(41) | 12,00 | 360 | 10,000(43) | 8+2(1)(2)(44) | 4,00 | ≥ 1,50 p/ H/5 ≥ 1,50 | | | | | |
| ZC 3-5 | -HU; -HCV; -In; -C1(2a); -C2(2a); -C3(1a); -CSV(2a); -CSS(2a); | -HCH; -C4; -CSE(1a); | -Todos demais Usos. | 2,50 | 3,00(1)(2) | 60 | - | 25 | 20(41) | 12,00 | 360 | 10,000(43) | 5 | 2,00 | ≥ 1,50 p/ H/4 ≥ 1,50 | | | | | |
| ZI 1 | -CVSB(2a); -CSS(2a); -C3(1a); -C4; -CSE(1a); -C2(2a | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Parte integrante da Lei Complementar nº 095 de 26/12/2012

ANEXO I – TABELA DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL.

| ÁREAS, SETORES e ZONAS | USOS | | | OCUPAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|--|---|---------------------|---|---|--|-------------------|------------|---------------|------------------------------|----------|---------------|--------------|-------|-----------|----------|
| | Permitido | Permitido | Proibido | Índice de Aproveitamento - I _a | Índice de Ocupação - I _o (%) | Índice de Implantação - I _i (%) | Estreito Alargado | Lote | Recuo Frontal | Adensamento - A _d | | | | | | |
| | | | | Béts. Méts. | Béts. Méts. | Béts. Méts. | (m) | Mín. (mts) | Máx. (m) | Mín. Méts. Máx. Méts. | (m) | Embar. (mts) | Embar. (mts) | | | |
| ZI 2 | -CVSB(2)(2); -CSS(2)(3); -CSG(2)(4); -12(2); | -HU; -HCH; -In; -C1; -C2(3); -C3(3); -C4; -CSE1; -13. | -Todos demais Usos. | 1,00 | 1,50 (1)(2) | 50 | 70(2) | 30 | 20(4)(1) | 20,00 | 1,000 | 20,000 (2)(7) | 2(2) | 15,00 | ≥3,00 | ≥3,00 |
| ZAA | -HU; -CVSB(2)(5); -CS(6); -CSG(7); -12(3); | -In; -C1; -C2 (4); -C3; -C4; -CSE1; -CSE2. | -Todos demais Usos. | 1,00 | - | 50 | - | 30 | - | 50,00 | 5,000(8) | - | 2 | 15,00 | - | ≥5,00 |
| ZRU | -HU; -HCH; -In; -C1; -C2 (4); -C3; -C4; -CVSB(2)(5); -CS(6); -CSG(7); -12. | -CSE1; -CSE2. | -Todos demais Usos. | 1,00 | - | 50 | - | 30 | - | 25,00 | 2,500(8) | - | 2 | 15,00 | - | ≥5,00 |
| ZMIS (3)(7) | * | * | * | * | * | * | * | 25 | * | * | * | * | * | 4,00 | - | H/4≥1,50 |
| ZEIHC (3)(7) | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| ZEIS | -HU; -HCH; -HCV; -C1; -C2(3); -CVSB(10); | -In; -C4; -CSE1 (1)(5); -11. | -Todos demais Usos. | 1,00 | - | 50 | - | 25 | - | 12,00 | 250 | 2,000 | 2 | 3,00 | H/5 ≥1,50 | - |
| ZEIRAU (3)(7) | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| ZEIEP (3)(7) | * | * | * | (1)(2) | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| ZEICO (3)(7) | * | * | * | (1)(2) | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |

Parte integrante do Lei Complementar nº 095 de 28/12/2012

ANEXO J – TABELA DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SO MUNICIPAL.

- OBSERVAÇÕES:**
E= Embasamento.
T= Torre.
H= Altura da edificação.
- (1) Mediante o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir.
 (2) Mediante o instrumento da Transferência do Direito de Construir e/ou Outorga Onerosa do Direito de Construir.
 (3) Somente para as Atividades de: Hotel, Pensão, Pousada, Motel e similares; Sendo as demais Atividades Proibidas.
 (4) Sendo proibido as Atividades de: Auditório e Programas de Auditório; Boliche; Cinema; Desfiles de Blocos Carnavalescos ou Folclóricos; Tios Elétricos e congêneres; Ringue de Polinação; e Teatro.
 (5) Somente para as Atividades de: Atelier de Profissionais Autônomos; Bar, Bolequim e afins; Borracharia; Chopparia, Churrascaria, Petiscaria, Pizzaria; Comércio de Produtos; Agropecuários e afins; Comércio de Veículos e Acessórios; Comércio Máquinas, Equipamentos e Ferragens; Drogaria, Ervandia, Farmácia; Estabelecimentos de Ensino de Cursos Livres; Estacionamento Comercial; Lancheria; Mercadão, Mercadão, Hortifrutigranjeiros; Oficina Mecânica de Veículos, Máquinas e Equipamentos; Panificadora; Profissionais Autônomos; e Restaurantes, Rolissaria; Sendo todos demais Atividades são permissíveis.
 (6) Somente para as Atividades de: Hotel, Pensão, Pousada, Motel e similares; Serv-Car, Locadoras de Veículos, Reboques e afins; Serviços de Lavagem de Veículos; e Serviços Públicos; Sendo as demais Atividades Proibidas.
 (7) Exceto para as Atividades: Agenciamento de Carregos e Bens; Agenciamento Marítimo e afins; Comércio Atacadista; Comércio Varejista de Grande Equipamentos; Estamparias; Impressoras, Editoriais, Gráficas e similares; e Terminais Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Rodo-Ferroviários, Movimentoção de Passageiros e congêneres; sendo estas consideradas proibidas.
 (8) Tamanho mínimo do lote para área urbana, sendo necessário a observação quanto ao tamanho mínimo estipulado para o parcelamento na área rural do município como regulamentado pelo INCRA e demais determinações federais.
 (9) Somente para as Atividades de: Centro e Estações de Comunicação ou Telecomunicações; Cinema; Hospital; Maternidade; Museu; Pronto Socorro; Rádio e Estações retransmissoras; Sociedade Cultural; e Teatro; Sendo as demais Atividades proibidas.
 (10) Exceto para as Atividades de: Laboratório e Oficina de Proteses em geral; Laboratórios de Análises Clínicas, Radiológicas e Fotográficas; Oficina Mecânica de Veículos, Máquinas e Equipamentos; sendo estas consideradas permissíveis.
 (11) Exceto para as Atividades de: Centros Comerciais; Edifícios de Escritórios; Escritório de Comércio Atacadista; Lojas de Departamentos; e Sede de Empresas; sendo estas consideradas permissíveis.
 (12) Somente para as Atividades de: Comércio de Fogos de Artifício; Comércio Varejista de Combustíveis; Comércio Varejista de Derivados de Petróleo; Posto de Gasolina; Posto de Venda de Gás liquefeito. Sendo as demais Atividades proibidas.
 (13) Exceto para as Atividades de: Campus Universitário; Colônia de Férias; Desfiles de Blocos Carnavalescos ou Folclóricos, Tios Elétricos e congêneres, sendo estas Atividades proibidas.
 (14) Somente para as Atividades de: Auditório e Programas de Auditório; Boliche; Cancha de Bocha, Cancha de Futebol; Centro e Estações de Comunicação ou Telecomunicações; Cinema; Casa de Espetáculos Artísticos, Boite, Casa de Shows e afins; Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus; Piscina Pública; Pronto Socorro; Maternidade; Museu; Sociedade Cultural; e Teatro; sendo estas Atividades proibidas.
 (14a) Somente para as Atividades de: Auditório e Programas de Auditório; Centro e Estações de Comunicação ou Telecomunicações; Cinema; Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus; Maternidade; Museu; Sociedade Cultural; e Teatro; sendo as demais Atividades proibidas.
 (15) Somente para as Atividades de: Comércio Varejista de Combustíveis; Comércio Varejista de Derivados de Petróleo; Posto de Gasolina; Posto de Venda de Gás Liquefeito; Sendo as demais Atividades proibidas.
 (16) Exceto para as Atividades de: Berçário, Creche, Hotel para Bebês, Casas de Saúde, Repouso e de Recuperação, Asilos e congêneres; Ensino Maternal, Pré-Escolar, Jardim de Infância; sendo estas Atividades proibidas.
 (17) Exceto para as Atividades de: Campus Universitário; Colônia de Férias; Desfiles de Blocos Carnavalescos ou Folclóricos, Tios Elétricos e congêneres; Hospital; Maternidade; sendo estas Atividades proibidas.
 (18) Somente para as Atividades de: Centro de Convenções, Centro de Exposições, Feiras, Congressos e congêneres; Centro e/ou Casa de Recreação, Animação, Festas e Eventos; Ginásios Polídesportivos; Sede Cultural, Esportiva e Recreativa, e Associações; sendo as demais Atividades proibidas.

Parte integrante da Lei Complementar nº 095 de 28/12/2012

ANEXO K – TABELA DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL.

- ¹¹⁹ Exceto para as Atividades de: Canil, Gatil e outros; Criador de Animais Exóticos; Depósito e Comércio de Sucatas e Peças Usadas; Depósitos, Armazéns Gerais; Entrepósitos, Cooperativas, Silos; Horto florestal, Viveiros de Mudas, Avóres e afins; Hospital Veterinário; Hotel para Animais; sendo estas Atividades proibidas.
- ¹²⁰ Exceto para as Atividades de: Berçário, Creche, Hotel para Bebês, Casas de Saúde, Repouso e de Recuperação, Asilos e congêneres; Ensino Maternal, Pré-Escolar, Jardim de Infância; sendo estas Atividades permitíveis.
- ¹²¹ Exceto para as Atividades de: Destiles de Bócos Carnovalescos ou Folclóricos, Tios Eletricos e congêneres; Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus; Clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatório, pronto-socorro, manicômios, casas de saúde; de repouso e de recuperação e congêneres; Hospital; Maternidade; sendo estas Atividades permitíveis. É proibida as Atividades de: Campus Universitário; Colônia de Férias.
- ¹²² Exceto para as Atividades de: Centros Comerciais; Comércio e Revenda de Bebidas; Hotel, Pensão, Pousada, Motel e similares; Lojas de Departamentos; Super e Hipermercados; sendo estas Atividades permitíveis.
- ¹²³ Exceto para as Atividades de: Agenciamento de Cargas e Bens; Agenciamento Marítimo e afins; Canil, Gatil e outros; Entrepósitos, Cooperativas, Silos; Horto florestal, Viveiros de Mudas, Avóres e afins; Hospital Veterinário; Hotel para Animais; e Depósitos, Armazéns Gerais; sendo estas Atividades permitíveis.
- ¹²⁴ Exceto para as Atividades de: Campus Universitário; Cancha de Bocha, Cancha de Futebol; Colônia de Férias; Hospital; Maternidade; sendo estas Atividades permitíveis.
- ¹²⁵ Exceto para as Atividades de: Açougue, Borcharia; Comércio de Material de Construção; Comércio de Produtos Agropecuários e afins; Comércio de Veículos e Acessórios; Comércio Máquinas, Equipamentos e Ferragens; Laboratório e Oficina de Próteses em geral; Laboratórios de Análises Clínicas, Radiológicos e Fotográficos; Oficina Mecânica de Veículos, Máquinas e Equipamentos; sendo estas Atividades permitíveis.
- ¹²⁶ Exceto para as Atividades de: Comércio e Revenda de Bebidas; Serv-Car, Locadoras de Veículos, Rebocues e afins; Serviços de Estofaria e congêneres; Serviços de Lavagem de Veículos; Super e Hipermercados; sendo estas Atividades permitíveis.
- ¹²⁷ Somente para as Atividades de: Impressoras, Editoras, Gráficas e similares; Terminis Rodoviários, Ferrovários, Metroviários, Rodo-Ferrovários, Movimentoção de Passageiros e congêneres; Comércio Atacadista; e Comércio Varejista de Grande Equipamentos; sendo as demais Atividades proibidas.
- ¹²⁸ Somente para as Atividades de: Comércio Atacadista; Comércio Varejista de Grande Equipamentos; Estamparias; Grandes Oficinas e Oficinas de Máquinas e Equipamentos Pesados; Impressoras, Editoras, Gráficas e similares; Oficinas de Lataria e Pintura; Terminis Rodoviários, Ferrovários, Metroviários, Rodo-Ferrovários, Movimentoção de Passageiros e congêneres; As Atividades de: Criador de Animais Exóticos; Hospital Veterinário; e Hotel para Animais; permitíveis; sendo todos demais proibidos.
- ¹²⁹ Os parâmetros de ocupação relativos ao tamanho máximo do lote, da altura ou quantidade de pavimentos; poderão ser ampliados mediante apreciação e aprovação tanto do Conselho de Desenvolvimento Municipal quanto do Orgão de Planejamento Municipal legalmente instituído, conforme for o caso específico.
- ¹³⁰ Somente para as Atividades de: Auditório e Programas de Auditório; Cancha de Bocha, Cancha de Futebol; Casa de Culto, Templo Religioso; Centro e Estações de Comunicação ou Telecomunicações; Museu; Piscina Pública; Rádio e Estações retransmissoras; Sociedade Cultural; e Teatro; sendo todos demais Atividades proibidas.
- ¹³¹ Somente para as Atividades de: Centro de Convenções, Centro de Exposições, Feiras, Congressos e congêneres; Centro e Pista de Treinamento esportivo; Centro e/ou Casa de Recreação, Animação, Festas e Eventos; Circo, Parque de Diversões, Diversão Pública, Centros de Lazer e congêneres; Estádio, Poliesportivo; Ginásios Poliesportivos; e Sede Cultural, Esportiva e Recreativa, e Associações; sendo todos demais Atividades proibidas.
- ¹³² Somente para as Atividades de: Borcharia; Casa Loteira; Agência de Serviços Postais; Agência Bancária, Banco; Churrascaria, Pizzaria; Comércio de Relações Imobiliárias; Comércio de Veículos e Acessórios; Escritórios Administrativos; Estabelecimentos de Ensino de Cursos Livres; Estacionamento Comercial; Laboratório e Oficina de Próteses em geral; Laboratórios de Análises Clínicas, Radiológicos e Fotográficos; Lanchonete; Lavanderia; Mercado; Oficina Mecânica de Veículos, Máquinas e Equipamentos; Papelaria, Revistaria, Duplicação de Documentos e afins; Restaurante, Rotisseria; sendo todas demais Atividades proibidas.
- ¹³³ Somente para as Atividades de: Centros Comerciais; Comércio e Revenda de Bebidas; Locadora de bens móveis e afins; Sede de Empresas; Serv-Car, Locadoras de Veículos, Rebocues e afins; Serviços de Lavagem de Veículos; e Serviços de Estofaria e congêneres; sendo todos demais Atividades proibidas.
- ¹³⁴ Somente para as Atividades de: Agenciamento de Cargas e Bens; Depósito e Comércio de Sucatas e Peças Usadas; Depósitos, Armazéns Gerais; Entrepósitos, Cooperativas, Silos; Grandes Oficinas e Oficinas de Máquinas e Equipamentos; Pesados; Marmorarias; Oficinas de Lataria e Pintura; e Serviços e Coleta de Lixo; sendo todas demais Atividades proibidas.

Parte integrante da Lei Complementar nº 095 de 28/12/2012

ANEXO L – TABELA DOS PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL.

- (36) Somente para as Atividades de: Cancha de Bocha, Cancha de Futebol, Casa de Culto, Templo Religioso, Centro e Estações de Comunicação ou Telecomunicações; Cinema; Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus; Museu; Praça Pública; Rádio e Estações retransmissoras; Sociedade Cultural; e Teatro, sendo as demais Atividades proibidas.
- (37) Somente para as Atividades de: Cozinha Industrial, de Alimentos, de Ração e afins, Indústria de Panificação, Serroheira, Fabricação de: Acabamentos para móveis, Acessórios para panificação, Artesatos de Bambu, Artesatos de Cofado, Artesatos de Corralina, Artesatos de Junco, Artesatos de Lona, Artesatos de Papel e Papelão, Artesatos de Vime, Artigos de Pesca, Artigos de Carpintaria, Artigos de Esportes e Jogos Recreativos, Artigos Diversos de Madeira, Artigos Textéis, Blocos, Copachos, Cordas e Borboletas, Cordoalhas, Corais, Cúmulos para Aboqueir, Espandíveis, Estopa, Instrumentos Musicais, Produtos Fito terapêuticos, Molduras, Móveis, Móveis de Vime, Polina trançada, Persianas, Pincéis, Produtos Alimentícios com Forno a Lenha, Produtos Veterinários, Sacarias, Tapetes, Tecelagem, Varras, Escovas e Vassouras.
- (38) Somente para as Atividades de: Cancha de Bocha; Cancha de Futebol, Casa de Culto, Templo Religioso, Centro e Estações de Comunicação ou Telecomunicações; Cinema; Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus; Museu, Praça Pública; Rádio e Estações Retransmissoras; Sociedade Cultural e Teatro, sendo as demais atividades proibidas.
- (39) Os parâmetros de Uso e Ocupação destas zonas deverão ser analisadas e definidas caso a caso pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal – CDM devido as especificidades dos mesmos, devendo sempre se observar o cuidado com o entorno consolidado e volumetria destas zonas.
- (40) Ficam Proibidas as Atividades de Moteis e similares nesta Zona.
- (41) Mediante implementação de dispositivo de execução de cisterna e/ou mecanismos de Retenção de Águas Pluviais (RAP)."
- (42) Para decividade do terreno entre 30% e 45%.
- (43) Caso haja a necessidade de lotes maiores, deverão ser consultadas e aprovadas junto ao Órgão de Planejamento Urbano do Município e Conselho de Desenvolvimento Urbano.
- (44) Aquisição do direito de edificar até 02 pavimentos extras através dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (1) e (2), conforme respectivos direitos definidos em regulamentação complementar.
- (45) Para decividade do terreno até 30%.

Fonte: Integral da Lei Complementar nº 095, de 28/12/2012

